

PREFEITURA MUNICIPAL DE
PORTALEGRE

AVISO DE CONTRAÇÃO DIRETA

AVISO

Nº

029/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia sanitária e ambiental para a elaboração de Projeto Completo de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), contemplando estudos técnicos, dimensionamentos hidráulicos, sanitários e ambientais, definição das unidades do sistema (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição), elaboração de memorial descritivo, memoriais de cálculo, projetos básicos e executivos, orçamento detalhado com memória de cálculo, composições e cotações, bem como demais elementos técnicos necessários, em conformidade com o Manual de Orientações da FUNASA, normas da ABNT e demais legislações aplicáveis, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

Secretaria Municipal de Infraestrutura



PREFEITURA MUNICIPAL DE


PORTALEGRE



AVISO CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 029/2026






OBJETO:


Contratação de empresa especializada em engenharia sanitária e ambiental para a elaboração de Projeto Completo de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), contemplando estudos técnicos, dimensionamentos hidráulicos, sanitários e ambientais, definição das unidades do sistema (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição), elaboração de memorial descritivo, memoriais de cálculo, projetos básicos e executivos, orçamento detalhado com memória de cálculo, composições e cotações, bem como demais elementos técnicos necessários, em conformidade com o Manual de Orientações da FUNASA, normas da ABNT e demais legislações aplicáveis, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

 SRP	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	VALOR ESTIMADO
NÃO	Menor preço por item	R\$ 61.360,00

 DATAS IMPORTANTES
 PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO
15 de maio de 2026 às 15h00 Até 20 de maio de 2026 às 15h00min

 CONDIÇÕES
 LOCAL DE RECEBIMENTO DA PROPOSTA
Através do endereço eletrônico: licitportalegre@gmail.com, ou por meio de protocolo na sede do Centro Administrativo de Portalegre/RN, se optar pela apresentação presencial, em horário de expediente.

 SESSÃO	
HABILITAÇÃO	ITEM 5 deste Aviso
VISTORIA?	NÃO
VALIDADE DA PROPOSTA	60 DIAS
INTERVALO MÍNIMO DE LANCES	R\$ 0,01

 DADOS PARA CONTATO
(84) 93300-3669 – Setor de Licitações PMP

Sumário

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	4
2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO	4
3. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS	5
4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO	7
5. HABILITAÇÃO	8
6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	9
7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	9
8. CONTRATAÇÃO	9
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	10

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2026 - DSP/PMP

(Processo Administrativo nº 930/2026)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento por menor preço por item, na hipótese do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 517/2023, e demais normas aplicáveis, conforme discriminado a seguir:

Data de início para apresentação da proposta e documentação:	15 de maio de 2026 às 15h00min
Data limite para apresentação da proposta e documentação:	20 de maio de 2026 às 15h00min
Recebimento da proposta e documentação:	Através do endereço eletrônico: licitportalegre@gmail.com, ou por meio de protocolo na sede do Centro Administrativo de Portalegre/RN, se optar pela apresentação presencial, em horário de expediente.
Link do Aviso de Contratação Direta e Anexos:	Site Oficial da Prefeitura (www.portalegre.rn.gov.br), Site Oficial do Portal Nacional de Contratações Públicas (https://www.gov.br/pncp/pt-br).
Critério de Julgamento:	Menor preço por item

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de empresa especializada em engenharia sanitária e ambiental para a elaboração de Projeto Completo de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), contemplando estudos técnicos, dimensionamentos hidráulicos, sanitários e ambientais, definição das unidades do sistema (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição), elaboração de memorial descritivo, memoriais de cálculo, projetos básicos e executivos, orçamento detalhado com memória de cálculo, composições e cotações, bem como demais elementos técnicos necessários, em conformidade com o Manual de Orientações da FUNASA, normas da ABNT e demais legislações aplicáveis, conforme condições estabelecidas neste instrumento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. Os itens, suas especificações, unidades de medida, quantidades e demais informações encontram-se no Anexo deste documento.

1.2.1. Faculta-se ao fornecedor a participação no item.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO

2.1. A participação na presente Dispensa de Licitação ocorrerá através do envio da proposta de preços e dos documentos de habilitações especificados neste Aviso de Contratação Direta, na forma estabelecida no preâmbulo desse documento.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.2.3.1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.2.3.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.2.3.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.3.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.3.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.3.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.5. O disposto no item 2.2.3.3 aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.6. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.7. sociedades cooperativas.

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da Dispensa de Licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

3.1. O ingresso do fornecedor na Dispensa de Licitação ocorrerá com o envio de sua proposta e documentos de habilitação na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará ao endereço eletrônico (e-mail): licitportalegre@gmail.com ou, se optar pela entrega presencial, encaminhar-se-á ao endereço: Rua José Vieira Mafaldo, 122, Centro, Portalegre/RN, Centro Administrativo Maria Albaniza de Albuquerque Freitas, em horário de expediente, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para o envio dos documentos, ou através de protocolo na sede do Centro Administrativo de Portalegre/RN.

3.3. Juntamente com a proposta, o interessado deverá enviar toda a documentação de habilitação descrita neste aviso, na mesma forma do item anterior.

3.4. Se a opção escolhida for o envio por intermédio do site oficial da Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, deve levar em consideração que somente a proposta de preço poderá ser anexada, mas o envio da documentação de habilitação constante no Termo de Referência poderá ser por e-mail ou envio ao endereço físico através de protocolo na sede do Centro Administrativo de Portalegre/RN.

3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.6.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.6.2. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.8. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I (Termo de Referência), assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.10. Juntamente com a proposta, o fornecedor deverá também enviar Declaração Conjunta constando as seguintes informações:

3.10.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.3. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.10.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 14 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.10.5. que está enquadrado como microempresa, empresa de pequeno, se for o caso, atendendo aos os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

4.1. Encerrado o prazo para o envio das propostas e documentos de habilitação, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado em ato formal, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

4.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.6.1. contiver vícios insanáveis;

4.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.6.3. apresentar preços inexequíveis ou, quando for o caso, permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

4.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimento complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

- 4.9.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 4.10.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 4.11.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 4.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 4.13.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 4.14.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I, referente ao **Termo de Referência especificamente o item "12"**, deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado.

5.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União:

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>); e

5.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União:

(<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1%2C2>).

5.2.3. Cadastro de Fornecedores/Prestadores de Serviços Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal de Portalegre/RN – CAFIP: (https://www.appsheet.com/start/98c0e667-aff6-43aa-85b3e0889ee4b721#appName=Cafip-767341730&group=%5B%5D&sort=%5B%5D&table=vis_sancao&view=Cadastro+de+Fornecedores%2FPrestadores+de+Servi%C3%A7os+Impedidos+de+Licitar+e+Contratar+com+a+Administra%C3%A7%C3%A3o+P%C3%BAblica+Municipal+de+Portalegre%2FRN+-+CAFIP)

5.2.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no respectivo Relatório.

5.2.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.2.4.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, através do e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, ou através de protocolo na sede do Centro Administrativo de Portalegre/RN, sob pena de inabilitação.

5.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.7. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

5.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. As infrações e sanções administrativas são aquelas estabelecidas no Anexo I deste Aviso.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. As obrigações da contratante e contratada são aquelas estabelecidas no Anexo I deste Aviso.

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de

recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

8.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. Caso se conclua pelo uso da nota de empenho ou do instrumento equivalente em substituição ao termo de contrato, o aceite desses documentos, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Anexo I.

8.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data para envio de nova documentação;

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver nenhum interessado em participar da contratação (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as publicações e os e-mails, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens enviadas e publicações realizadas.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça o recebimento da proposta documentos na data marcada, a data limite será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos observarão o horário de Brasília-DF.

- 9.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ato formal, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.8.** As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.9.** Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.11.** Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência;
 - 9.11.2.** ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;
 - 9.11.3.** ANEXO III - Modelo de Declaração Unificada;
 - 9.11.4.** ANEXO IV – Modelo de Declaração de conhecimento das condições e peculiaridades da contratação;
 - 9.11.5.** ANEXO V – Valores Estimados da Contratação;
 - 9.11.6.** ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato;

Portalegre/RN, data da assinatura eletrônica.

Rogian Matheus Batista Rêgo
Secretário Municipal de Infraestrutura

TERMO DE REFERÊNCIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto especificar e estabelecer as condições para a contratação de empresa especializada em engenharia sanitária e ambiental para a elaboração de Projeto Completo de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), contemplando estudos técnicos, dimensionamentos hidráulicos, sanitários e ambientais, definição das unidades do sistema (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição), elaboração de memorial descritivo, memoriais de cálculo, projetos básicos e executivos, orçamento detalhado com memória de cálculo, composições e cotações, bem como demais elementos técnicos necessários, em conformidade com o Manual de Orientações da FUNASA, normas da ABNT e demais legislações aplicáveis, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. RELAÇÃO DE ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1.	<p>PROJETO COMPLETO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA), DEVIDAMENTE ELABORADO E FUNDAMENTADO CONFORME O MANUAL DE ORIENTAÇÕES DA FUNASA E NORMAS TÉCNICAS VIGENTES, CONTENDO:</p> <ul style="list-style-type: none">• Memorial descritivo técnico completo, contendo todas as informações do sistema, incluindo dimensionamento hidráulico, sanitário e ambiental;• Memoriais de cálculo detalhados, contemplando o dimensionamento de todas as unidades do sistema (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição);• Definição técnica das Estações de Tratamento de Água (ETA), incluindo tipo, capacidade, tecnologia adotada e parâmetros operacionais;• Estudo e caracterização da qualidade da água, com indicação das necessidades de tratamento;• Projeto básico e executivo completo, com plantas, perfis, detalhes construtivos e demais elementos gráficos necessários;• Orçamento completo da obra, contendo: planilha orçamentária, memória de cálculo dos quantitativos, composições de custos unitários, cotações de mercado, BDI e encargos aplicáveis;• Cronograma físico-financeiro da obra;• ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de todos os serviços de engenharia realizados;• Compatibilização integral com as exigências da FUNASA, garantindo aptidão para aprovação do projeto;• Apoio técnico para ajustes e adequações, até a aprovação final junto aos órgãos competentes.	SERV.	1

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 509/2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente.

1.5. O(s) serviço(s) do objeto deste termo serão solicitados a empresa, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *Registra-se que foi anteriormente realizada tentativa de contratação com objeto semelhante, por meio da Dispensa de Licitação nº 022/2026. Contudo, apenas uma empresa apresentou proposta formal, sendo esta inabilitada tecnicamente por não atender aos requisitos mínimos estabelecidos no Termo de Referência, resultando na declaração de licitação fracassada. Diante disso, faz-se necessária a instauração de novo processo licitatório, visando à seleção de empresa devidamente qualificada para execução do objeto proposto.*

2.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de apoio técnico especializado à Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF), tendo em vista a inexistência de projeto técnico adequado de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), elaborado conforme as exigências da FUNASA e normas técnicas vigentes.

2.3. A elaboração de projeto de SAA exige conhecimento específico em engenharia sanitária e ambiental, contemplando dimensionamentos hidráulicos, definição das unidades do sistema, estudos de qualidade da água e compatibilização com diretrizes técnicas, sendo indispensável para garantir a viabilidade, eficiência e segurança do sistema proposto.

- 2.4. A ausência de projeto técnico devidamente fundamentado compromete a aprovação junto aos órgãos competentes, inviabiliza o andamento de processos administrativos e impede a futura execução das obras, podendo ocasionar prejuízos ao município.
- 2.5. Assim, a contratação de empresa especializada é medida essencial para assegurar a elaboração de projeto completo, tecnicamente consistente e apto à aprovação institucional, garantindo maior eficiência no planejamento e execução das ações de infraestrutura hídrica.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A Prefeitura Municipal de Portalegre/RN necessita contratar empresa especializada em engenharia sanitária e ambiental para elaboração de projeto completo de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), em razão da inexistência de equipe técnica especializada para o desenvolvimento desse tipo de projeto.
- 3.2. A solução compreende a elaboração integral do projeto, incluindo estudos preliminares, dimensionamentos hidráulicos e sanitários, definição das unidades do sistema, elaboração de memorial descritivo, memoriais de cálculo, projetos básicos e executivos, orçamento detalhado e demais elementos técnicos necessários.
- 3.3. O projeto deverá contemplar todas as etapas do sistema, incluindo captação, adução, tratamento, reservação e distribuição, garantindo funcionalidade, eficiência operacional e atendimento às normas técnicas e diretrizes da FUNASA.
- 3.4. A execução dos serviços ocorrerá sob coordenação técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINF), responsável pelo acompanhamento, análise e validação dos produtos entregues.
- 3.5. Providências de Adequação
- 3.5.1. Não se vislumbram providências de adequação relevantes para a execução da solução proposta.
- 3.6. Contratações Correlatas ou Interdependentes
- 3.6.1. Não se verifica contratações correlatas para a viabilidade e contratação desta demanda.
- 3.6.2. Não se verifica contratações interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.
- 3.7. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão executados conforme cronograma previamente estabelecido, contemplando a entrega integral dos produtos técnicos necessários à aprovação do projeto junto aos órgãos competentes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação deverá atender aos princípios e requisitos da Lei nº 14.133/2021, garantindo a eficiência, economicidade e qualidade técnica na elaboração do projeto de Sistema de Abastecimento de Água (SAA).
- 4.2. A empresa contratada deverá pertencer ao ramo de engenharia sanitária e ambiental, comprovando aptidão técnica por meio de atestados de capacidade técnica relativos à elaboração de projetos de saneamento básico, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. A equipe técnica deverá ser composta por profissionais legalmente habilitados, com destaque para engenheiro sanitarista e/ou ambiental, devidamente registrados no CREA.
- 4.3. A contratada deverá demonstrar domínio técnico na elaboração de projetos de SAA, incluindo dimensionamentos hidráulicos, sanitários e ambientais, definição de Estações de Tratamento de Água (ETA), redes de distribuição e demais componentes do sistema, em conformidade com as normas da ABNT e diretrizes da FUNASA.
- 4.4. Os estudos e projetos deverão ser elaborados com utilização de softwares e ferramentas técnicas adequadas, garantindo precisão nos cálculos, confiabilidade dos dados e compatibilidade entre os elementos do projeto.
- 4.5. Todos os produtos entregues deverão atender integralmente às exigências do Manual de Orientações da FUNASA, incluindo projeto completo, memorial descritivo com dimensionamento, memoriais de cálculo, orçamento detalhado e demais documentos técnicos necessários à aprovação.
- 4.6. A empresa deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como assumir integral responsabilidade pela qualidade técnica dos serviços, veracidade das informações, cumprimento de prazos e atendimento às exigências dos órgãos competentes.
- 4.7. A contratada deverá fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de todos os serviços executados, além de prestar suporte técnico para eventuais ajustes e adequações até a aprovação final do projeto.
- 4.8. A contratação permitirá ao Município de Portalegre/RN dispor de projeto técnico consistente e aprovado, assegurando a viabilidade de implantação do sistema de abastecimento de água e a melhoria das condições de infraestrutura hídrica.
- 4.9. **Subcontratação**
- 4.9.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.10. **Garantia da contratação**
- 4.10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.11. **Sustentabilidade**
- 4.11.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos inseridos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 4.12. **Demais requisitos**

- 4.12.1. Comprovação através de atestado de Capacidade Técnica de aptidão para o desempenho de atividades pertinentes, compatíveis com objeto deste Termo de Referência, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 4.12.2. Tomar todas as providências necessárias à fiel execução da entrega dos serviços referentes ao objeto do Contrato.
- 4.12.3. Cumprir com os prazos, disposições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- 4.12.4. Comunicar a contratante quaisquer ocorrências que impeçam, mesmo que temporariamente, a entre dos itens pertencentes ao objeto em questão.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução:

5.1. Escopo dos serviços contratados:

5.1.1. Elaboração de Projeto de Sistema de Abastecimento de Água (SAA)

5.1.1.1. Produto:

5.1.1.1.1. Projeto completo do SAA, contemplando no mínimo:

- I. Definição e descrição das unidades do sistema (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição);
- II. Dimensionamento hidráulico de todas as unidades;
- III. Definição de vazões de projeto e parâmetros operacionais;
- IV. Definição do tipo, capacidade e tecnologia da Estação de Tratamento de Água (ETA);
- V. Traçado e dimensionamento das redes e adutoras;

5.1.1.1.2. Memorial descritivo técnico completo, contendo:

- I. Descrição detalhada do sistema proposto;
- II. Justificativa técnica das soluções adotadas;
- III. Parâmetros de projeto e critérios utilizados;

5.1.1.1.3. Memoriais de cálculo, contemplando:

- I. Cálculos hidráulicos e sanitários;
- II. Dimensionamento das unidades do sistema;
- III. Verificação de pressões, vazões e perdas de carga;

5.1.1.1.4. Projetos gráficos, incluindo:

- I. Plantas gerais do sistema;
- II. Perfis longitudinais e detalhes construtivos;
- III. Localização das unidades e redes;

5.1.1.1.5. Orçamento completo da obra, contendo:

- I. Planilha orçamentária;
- II. Memória de cálculo dos quantitativos;
- III. Composições de custos;
- IV. Cotações de mercado;
- V. BDI e encargos;

5.1.1.1.6. Cronograma físico-financeiro;

5.1.1.1.7. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA;

- 5.1.2. O serviço será medido e pago por produto entregue, conforme etapas concluídas do projeto, devidamente atestadas pela fiscalização, conforme definido neste Termo de Referência.

5.2. Metodologia

5.2.1. A CONTRATADA poderá utilizar dados e informações fornecidos pela Prefeitura Municipal de Portalegre/RN como subsídio para elaboração do projeto;

5.2.2. A CONTRATADA deverá realizar estudos técnicos e levantamentos necessários à elaboração do projeto, garantindo precisão e confiabilidade dos dados;

5.2.3. O projeto deverá ser elaborado conforme o Manual de Orientações da FUNASA e normas técnicas vigentes;

5.2.4. A CONTRATADA deverá utilizar softwares e ferramentas técnicas adequadas para elaboração dos projetos, cálculos e orçamentos;

5.2.5. Todos os produtos deverão ser apresentados em meio digital editável e em formato PDF;

5.2.6. Os arquivos técnicos deverão ser entregues em formatos compatíveis com softwares de engenharia (DWG, Excel e similares);

5.3. O prazo para entrega dos serviços será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra/Serviço.

- 5.4. Os produtos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEMINF, localizada na Rua José Vieira Mafaldo, 122, Centro, Portalegre/RN.
- 5.5. Caso não seja possível o cumprimento do prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, apresentando justificativa para análise da Administração.
- 5.6. Os serviços deverão ser entregues em meio digital (PDF e editável), podendo ser disponibilizados por mídia digital ou meio eletrônico.
- 5.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo responsável pela fiscalização do contrato, para verificação da conformidade com as especificações deste Termo de Referência.
- 5.8. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser corrigidos pela contratada, às suas expensas, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.9. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade e aceitação formal dos produtos entregues;
- 5.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade técnica dos serviços prestados;

6. LIMITAÇÃO GEOGRÁFICA

- 6.1. Não haverá limitação geográfica para esta contratação.
- 6.2. Especificação da garantia do serviço
 - 6.2.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 7.6. A designação e atuação da gestão e da fiscalização da presente contratação seguirá o modelo previsto no Decreto nº 511, de 04 de janeiro de 2023.

Fiscalização

- 7.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 7.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.10. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 7.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 7.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor de Contrato

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassam o limite de que trata o inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, podendo ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de Pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do seguinte índice de correção monetária:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Forma de Pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, exceto o ISS, que poderá ser retido na fonte. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

- 9.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 9.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 9.1.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 9.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 9.1.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e no Contrato.
- 9.1.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, neste termo de referência ou no contrato;
- 9.1.8.** Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 9.1.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.1.10.** A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 9.1.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta dias).
- 9.1.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 9.1.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 10.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 10.3.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 10.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 10.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 10.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 10.7.** O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 10.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 10.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 10.10.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.
- 10.12.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 10.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 10.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- 10.17.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 10.18.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato.
- 10.19.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.20.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.21.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 11.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - 11.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 11.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;

- 11.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 11.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação direta, licitação ou a execução do contrato;
- 11.1.9.** Fraudar o procedimento de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 11.1.11.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.1.12.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 11.1.13.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- I.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.3.** Multa:
- 11.3.1.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - 11.3.2.** Moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
 - 11.3.3.** O atraso superior a 21 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - 11.3.4.** Compensatória de 15% sobre o valor da parcela em atraso, no caso de inexecução parcial.
 - 11.3.5.** Compensatória de 20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
 - 11.3.6.** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 11.3.7.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 11.4.** A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).
- 11.5.** Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 11.6.** Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
- 11.7.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
- 11.8.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.9.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.10.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 11.10.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.10.2.** As peculiaridades do caso concreto;
 - 11.10.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.10.4.** Os danos que dela provierem para o Contratante;
 - 11.10.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.11.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de

2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 75, inc. I da Lei nº 14.133/21, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

Exigências de Habilitação

12.2. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

- 12.2.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 12.2.2.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 12.2.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.2.4.** Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 12.2.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.2.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 12.2.7.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitações Fiscal, Social e Trabalhista

12.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

12.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.6. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

12.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.10. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.11. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

Habilitação Econômico-Financeira

12.12. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Habilitação Técnica

12.13. Declaração do fornecedor atestando acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo a ser disponibilizado.

12.14. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado total da contratação a este Termo de Referência será obtido assim que os valores estimados forem calculados na forma do Art. 23 da Lei 14.133/2021 e regulamento.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

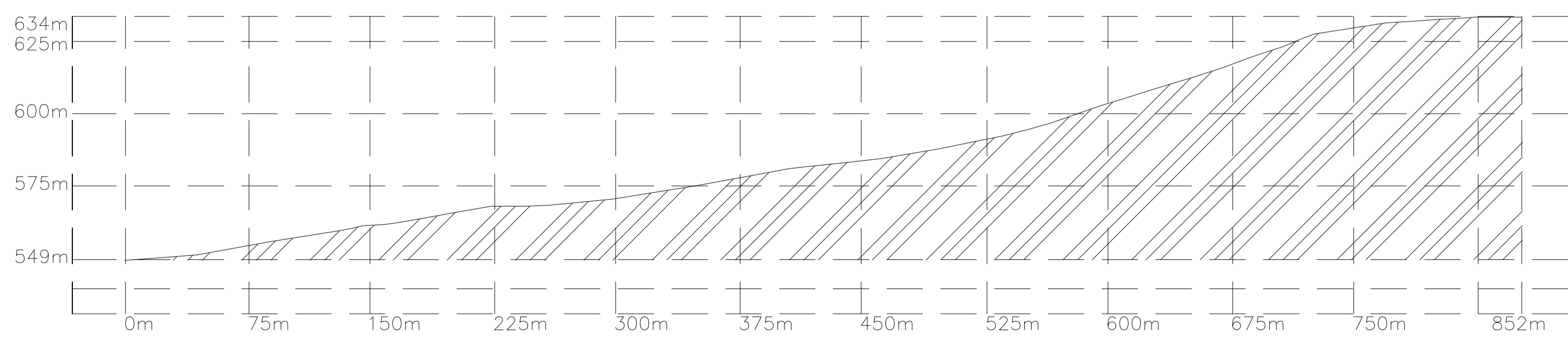
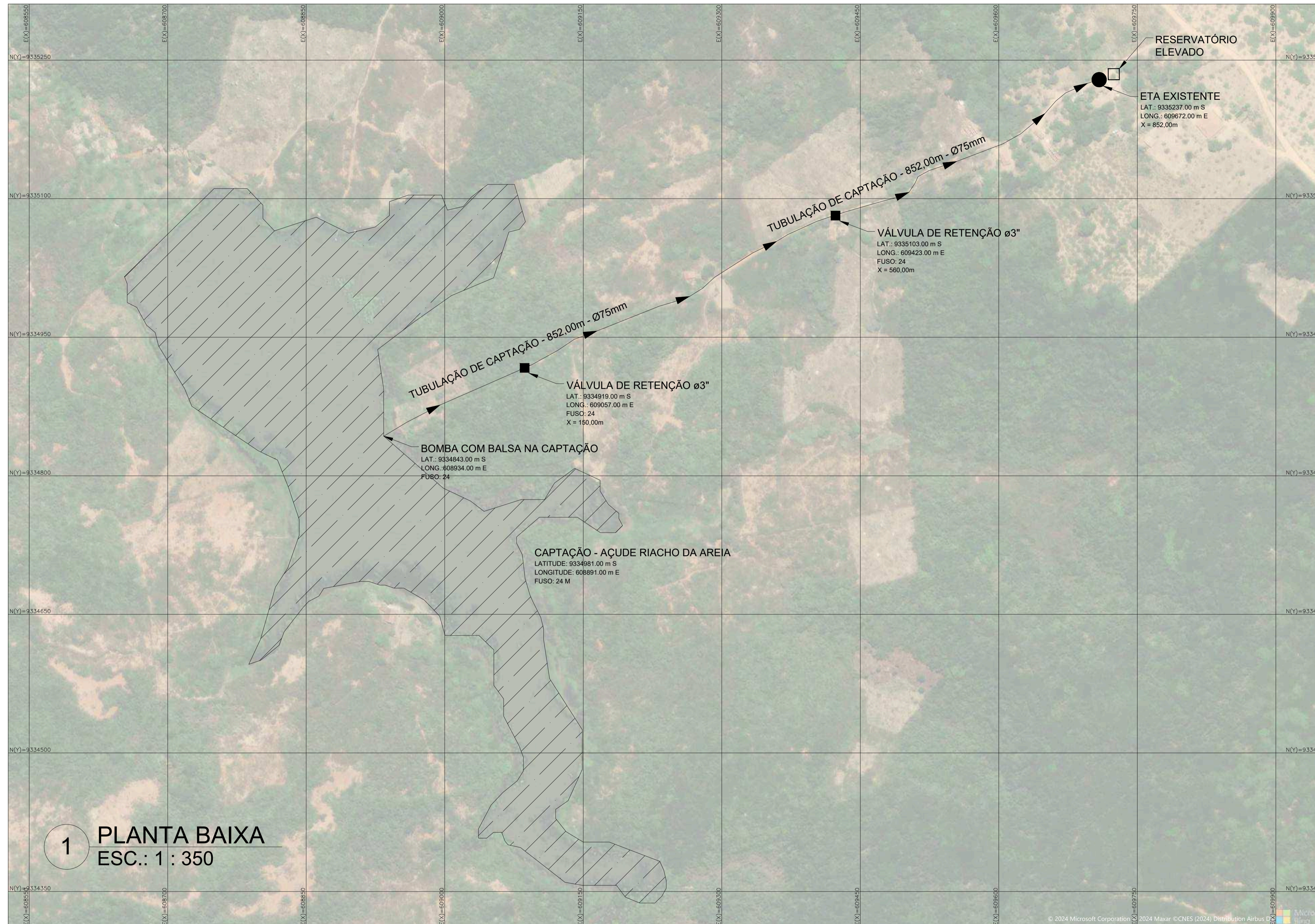
14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.



14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

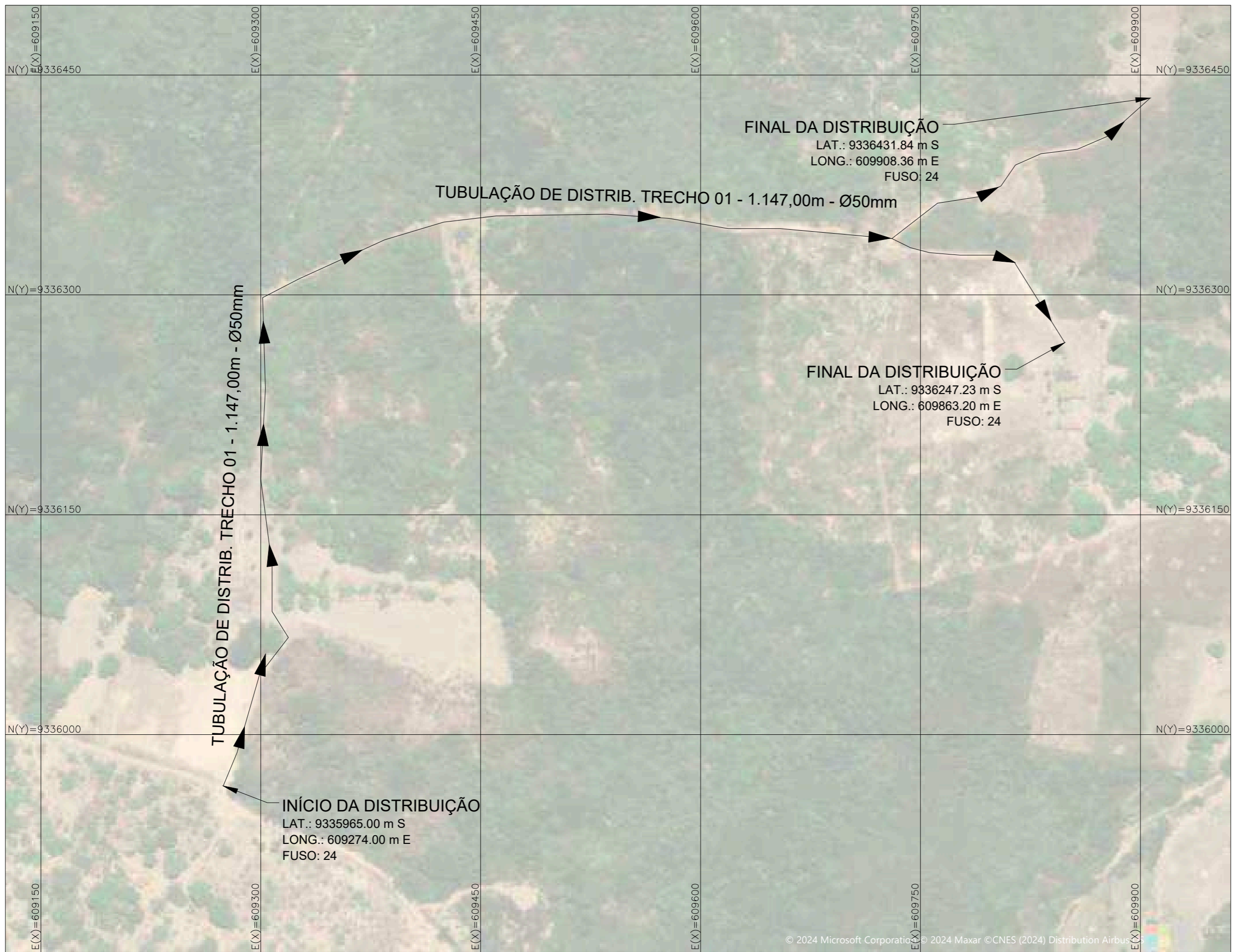
Roogian Matheus Batista Rêgo
Secretário Municipal de Infraestrutura

Ítalo Eduardo Freitas Fonsêca
Gerente de Obras e Urbanismo

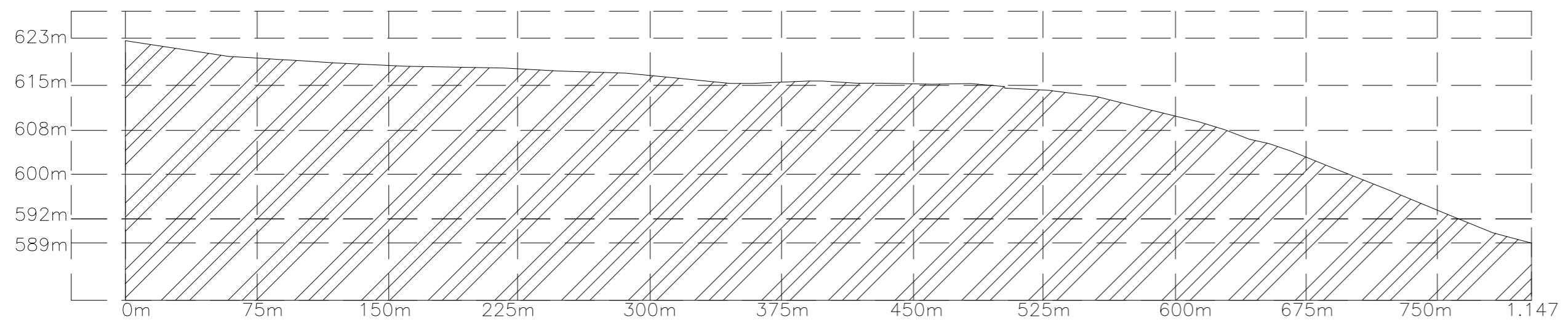
José Alan da Silva Fernandes
Diretor de Planejamento



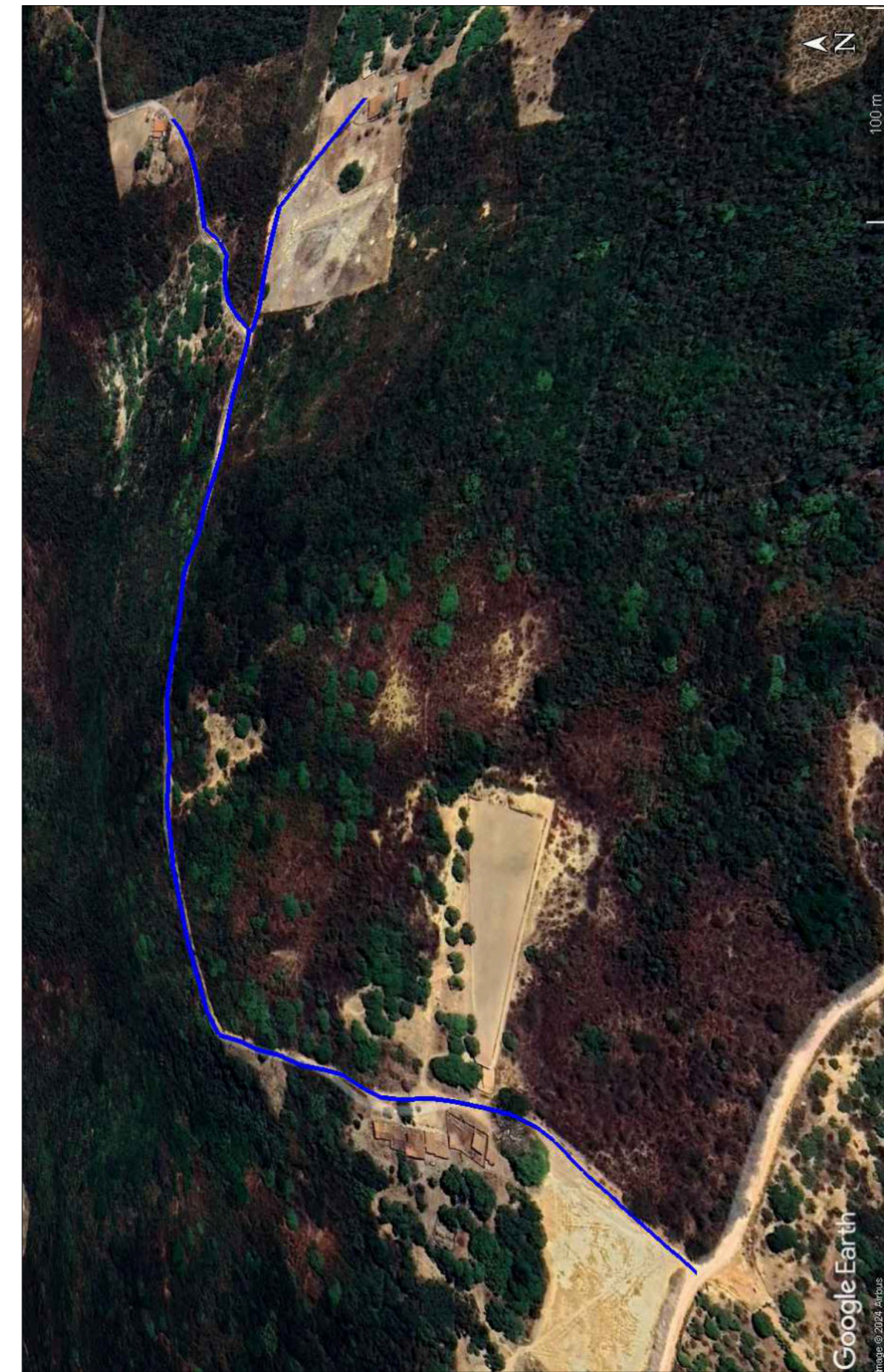
RESPONSÁVEL TÉCNICO		OBRAS		OBSERVAÇÕES	
ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSÊCA		EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN		<small>É IMPRESSO EM PDF PARA RESERVAR A ESCALA INFORMADA. O DIRETOR AUTOMATIZADO RESERVA, PODENDO QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO NO TODO OU EM PARTE, SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO DO AUTOR DO PROJETO (E.B. 81598).</small>	
DIGITALIZAÇÃO		LOCAL			
ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSÊCA		SÍTIO PÊGA - PORTALEGRE/RN			
PROPRIETÁRIO		ASSUNTO			
PREFEITURA DE PORTALEGRE		PLANTA BAIXA E DETALHES			
ÁREA		ESCALA		DATA	
		INDICADA		AGOSTO DE 2024	
				FOLHA	
				01	




1 PLANTA BAIXA
ESC.: 1 : 250

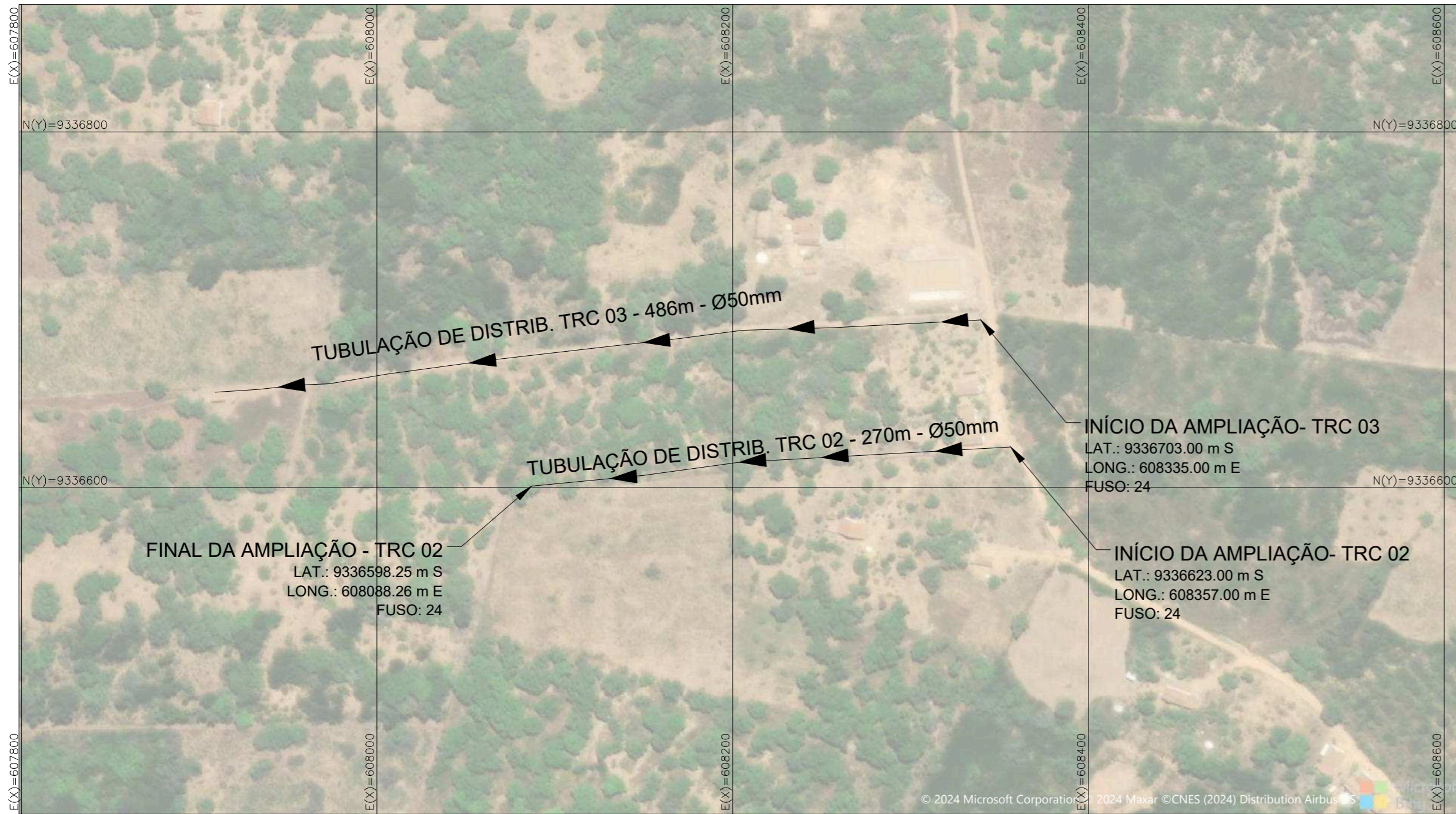


2 PERFIL DE ELEV.



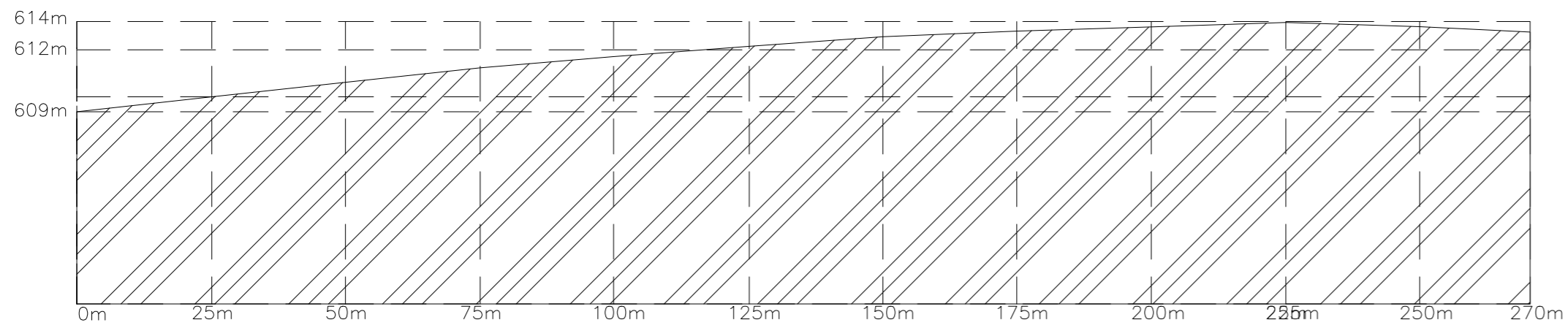
3 PLANTA SITUAÇÃO

RESPONSÁVEL TÉCNICO ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA	OBRA EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN	OBSERVAÇÕES TODAS AS INFORMAÇÕES SÃO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO. NÃO SE RESPONSABILIZA POR QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA. SEM PREJUIZO DO DIREITO DE AUTOR DO PROJETO. (Lei 9.610/98)	
DIGITALIZAÇÃO ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA	LOCAL SÍTIO PÊGA - PORTALEGRE/RN	 <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE Trabalho e desenvolvimento</p>	
PROPRIETÁRIO PREFEITURA DE PORTALEGRE	ASSUNTO PLANTA BAIXA E DETALHES		
ÁREA	ESCALA INDICADA	DATA AGOSTO DE 2024	FRANCHA 02

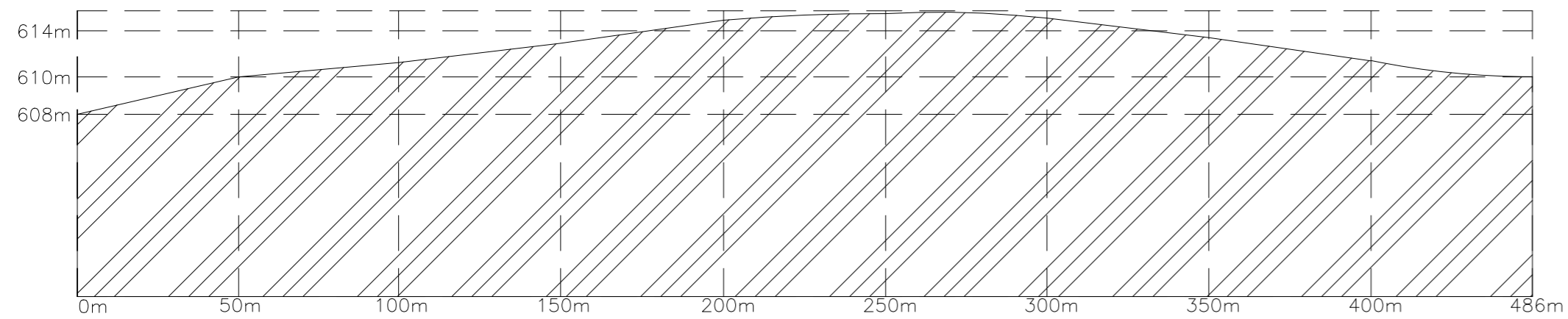


3 PLANTA SITUAÇÃO

1 PLANTA BAIXA ESC.: 1 : 250



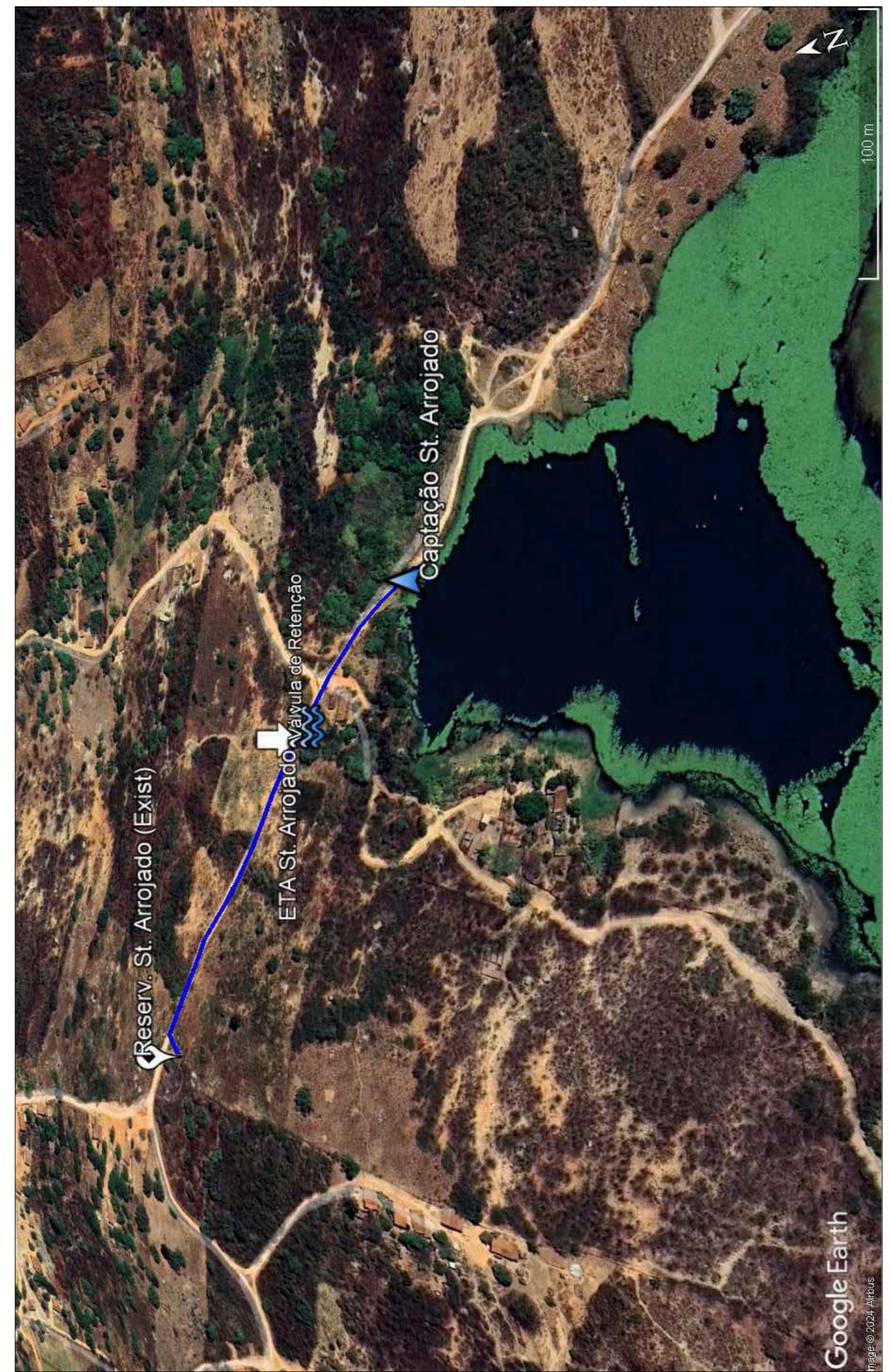
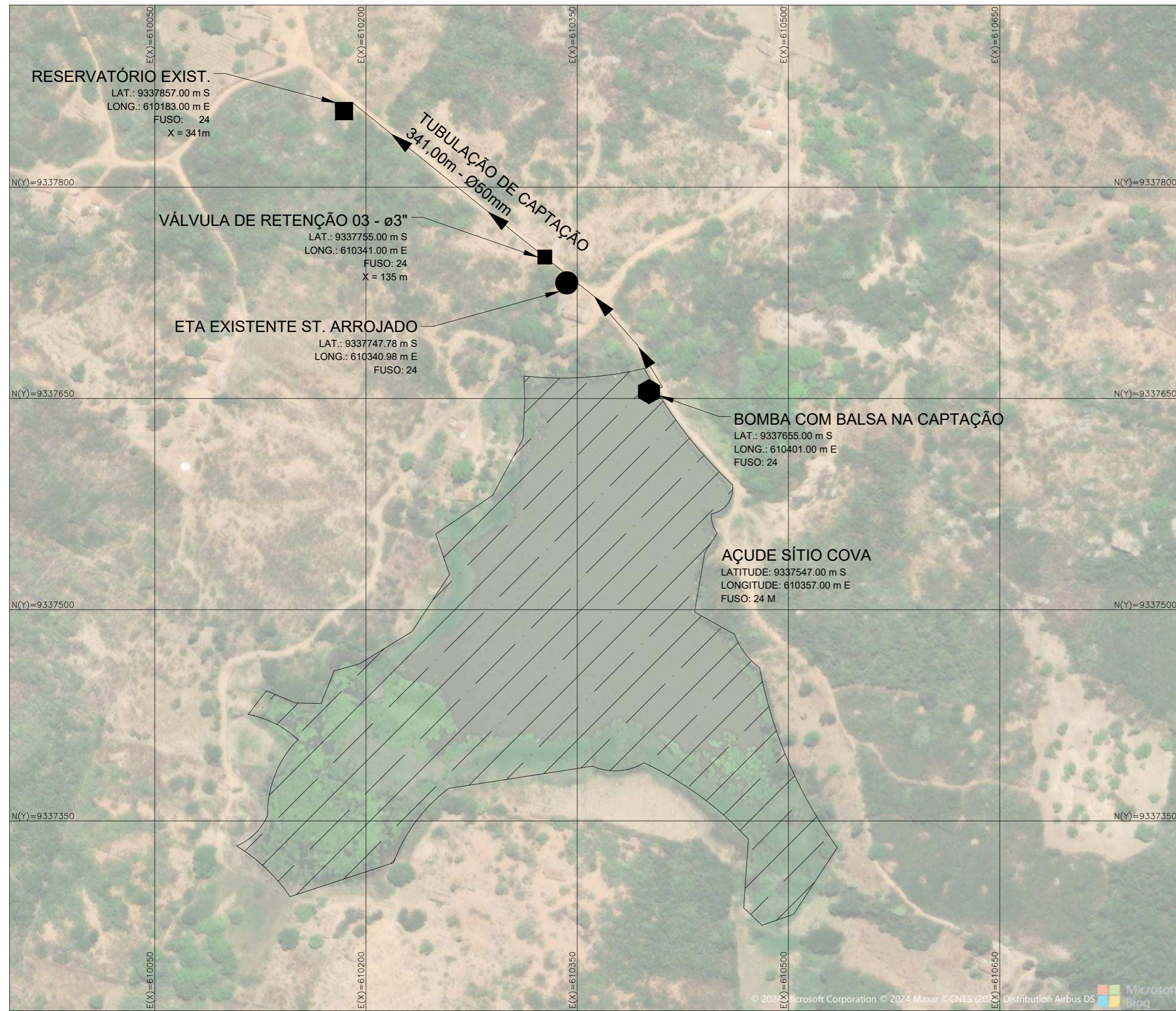
2 PERFIL DE ELEV. TRC 02



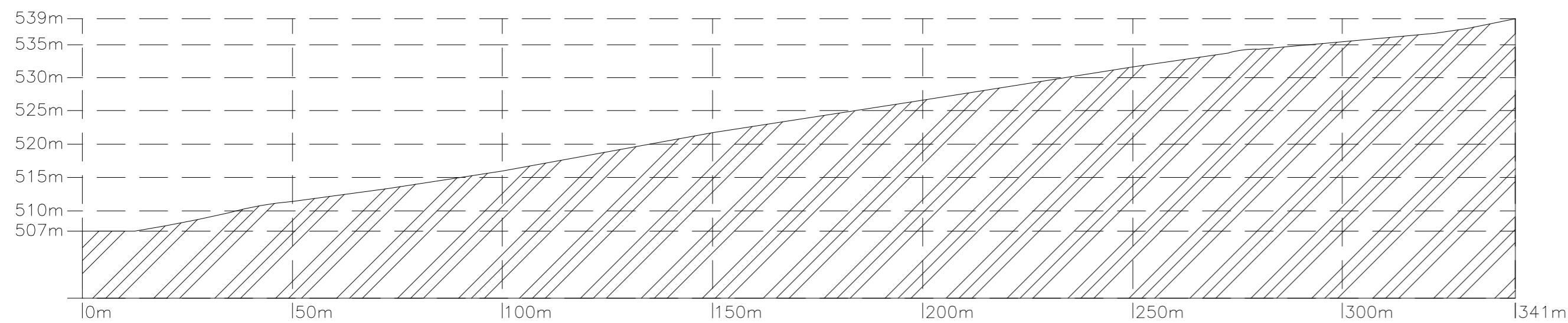
3 PERFIL DE ELEV. TRC 03

RESPONSÁVEL TÉCNICO ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSÊCA	OBRA EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN	OBSERVAÇÕES TODAS AS INFORMAÇÕES SÃO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO. NÃO SE RESPONSABILIZA POR QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA. NÃO SE RESPONSABILIZA POR QUALQUER DANOS MATERIAIS OU MORAIS, SEM PREJUIZO DO AUTOR DO PROJETO. (Lei 8.666/90)
DIGITALIZAÇÃO ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSÊCA	LOCAL SÍTIO PÊGA - PORTALEGRE/RN	
PROPRIETÁRIO PREFEITURA DE PORTALEGRE	ASSUNTO PLANTA BAIXA E DETALHES	
ÁREA	ESCALA INDICADA	DATA AGOSTO DE 2024
		FRANCHA 03





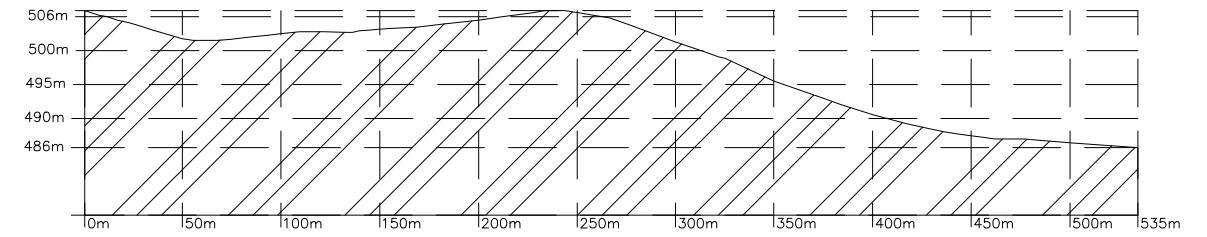
1 PLANTA BAIXA
ESC.: 1 : 250



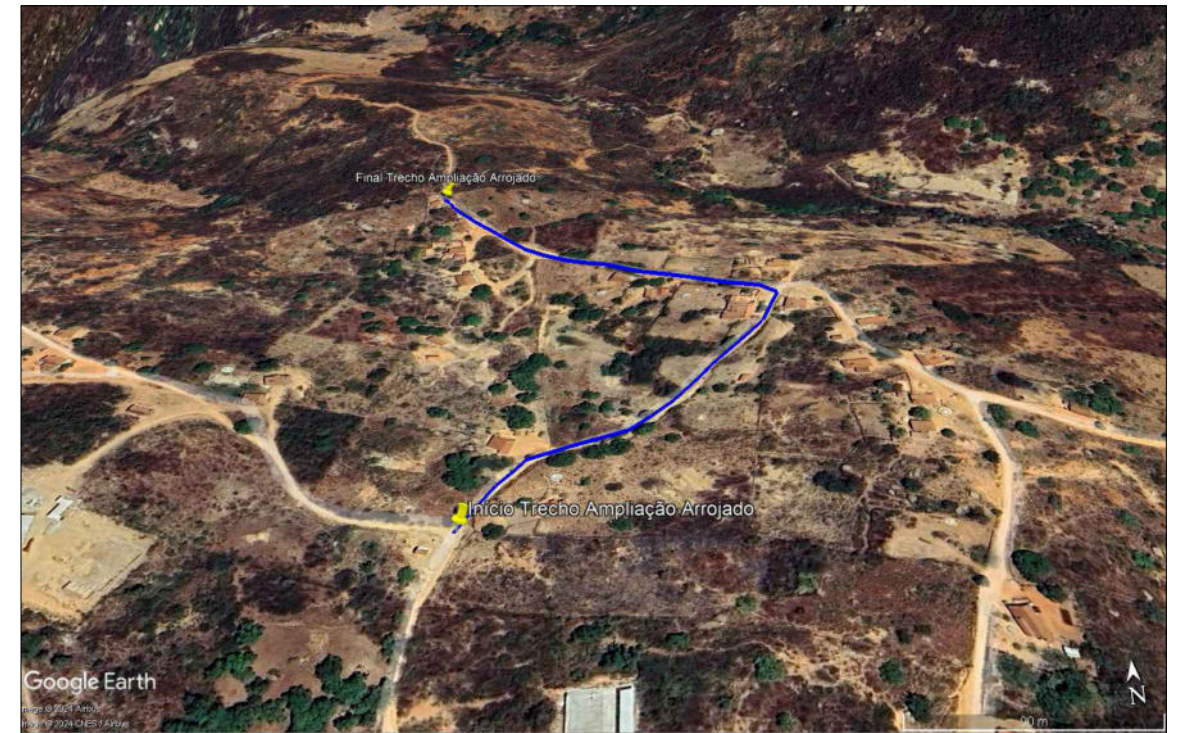
2 PERFIL DE ELEV.

RESPONSÁVEL TÉCNICO	OBRAS		OBSERVAÇÕES
ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA	EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN		IMPRESSÃO EM FOLHA A4 PARA RESERVAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN
DIGITALIZAÇÃO	LOCAL	TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROJETO SÃO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO (E.E. 819196)	
ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA	CAPTAÇÃO ST. ARROJADO - PORTALEGRE/RN		
PROPRIETÁRIO	ASSUNTO		
PREFEITURA DE PORTALEGRE	PLANTA BAIXA E DETALHES		
ÁREA	ESCALA	DATA	FRANCHA
	INDICADA	AGOSTO DE 2024	04




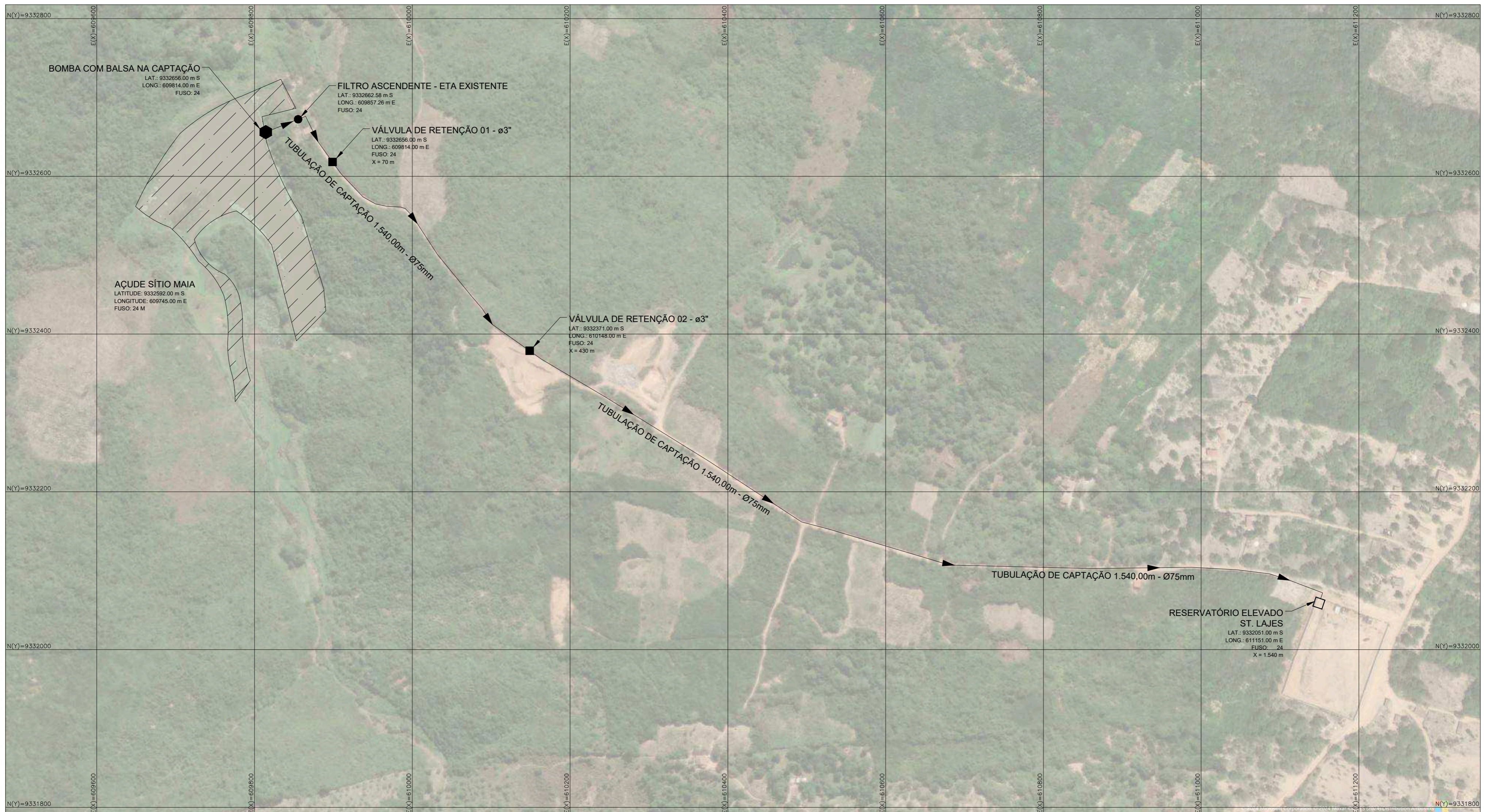


2 PERFIL DE ELEV.

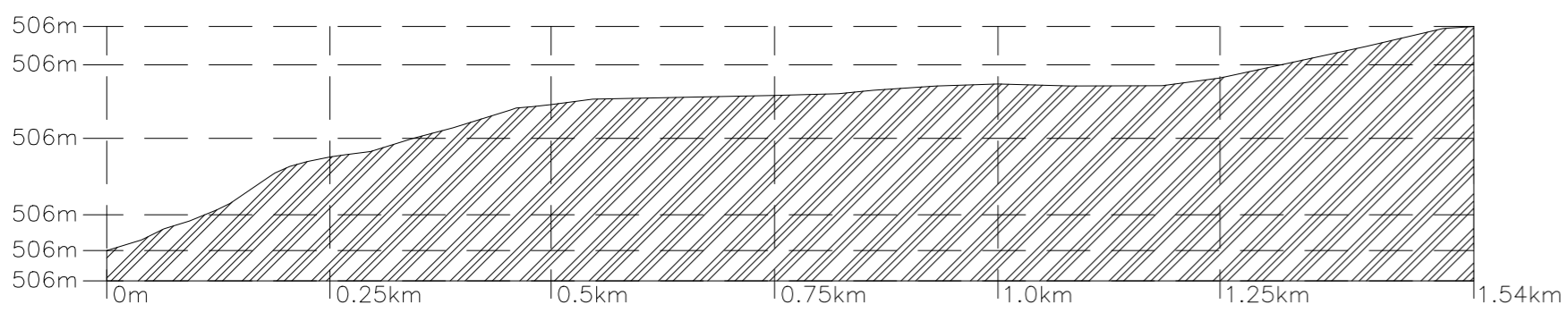


1 PLANTA BAIXA ESC.: 1 : 200

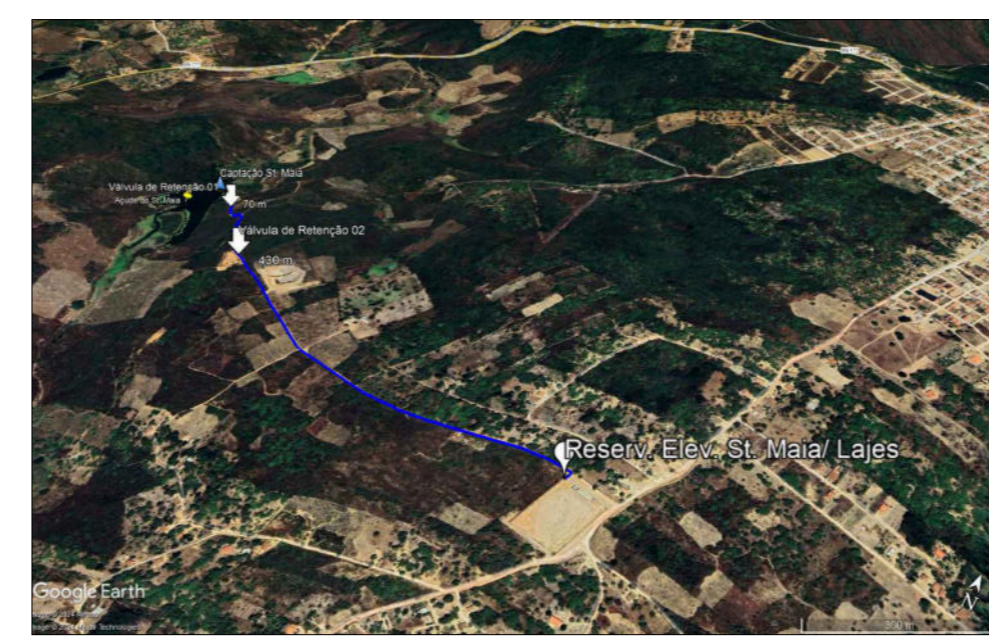
RESPONSÁVEL TÉCNICO ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA	OBRA EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN	OBSERVAÇÕES 1. IMPRESSÃO EM FOLHA A3 PARA RESPEITAR ESCALAS INFORMADAS. 2. DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA DO AUTOR DO PROJETO (LEI 9.610/98)
DIGITALIZAÇÃO ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA	LOCAL AMPLIAÇÃO ST. ARROJADO - PORTALEGRE/RN	
PROPRIETÁRIO PREFEITURA DE PORTALEGRE	ASSUNTO PLANTA BAIXA E DETALHES	 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE Trabalho e desenvolvimento
ÁREA	ESCALA INDICADA	
		PRANCHA 05



1 PLANTA BAIXA
ESC.: 1 : 250



2 PERFIL DE ELEV.



RESPONSÁVEL TÉCNICO		OBRAS		OBSERVAÇÕES	
ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA		EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN		<small>1 - IMPRESSÃO DESTINADA PARA RESERVAÇÃO DE INFORMAÇÕES 2 - OBJETOS AUTORIZADOS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO NO TODO OU EM PARTE, SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO DO AUTOR DO PROJETO (E.E. 819396)</small>	
DIGITALIZAÇÃO		LOCAL			
ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA		CAPTAÇÃO ST. MAIA AO ST. LAJES - PORTALEGRE/RN			
PROPRIETÁRIO		ASSUNTO			
PREFEITURA DE PORTALEGRE		PLANTA BAIXA E DETALHES			
ÁREA	ESCALA	DATA	FRANCHA		
	INDICADA	AGOSTO DE 2024	06		

Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://portallegre-tdoc.com.br/verificacao/9466-3854-C386-4631> e informe o código 9466-3854-C386-4631



1 PLANTA BAIXA
ESC.: 1 : 350

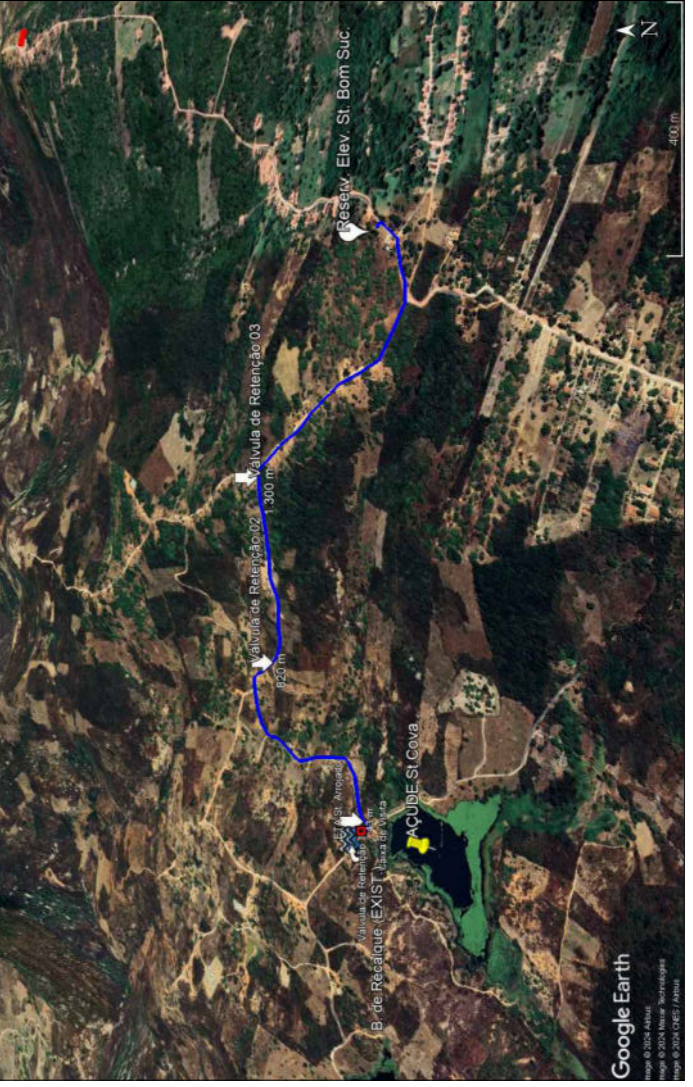
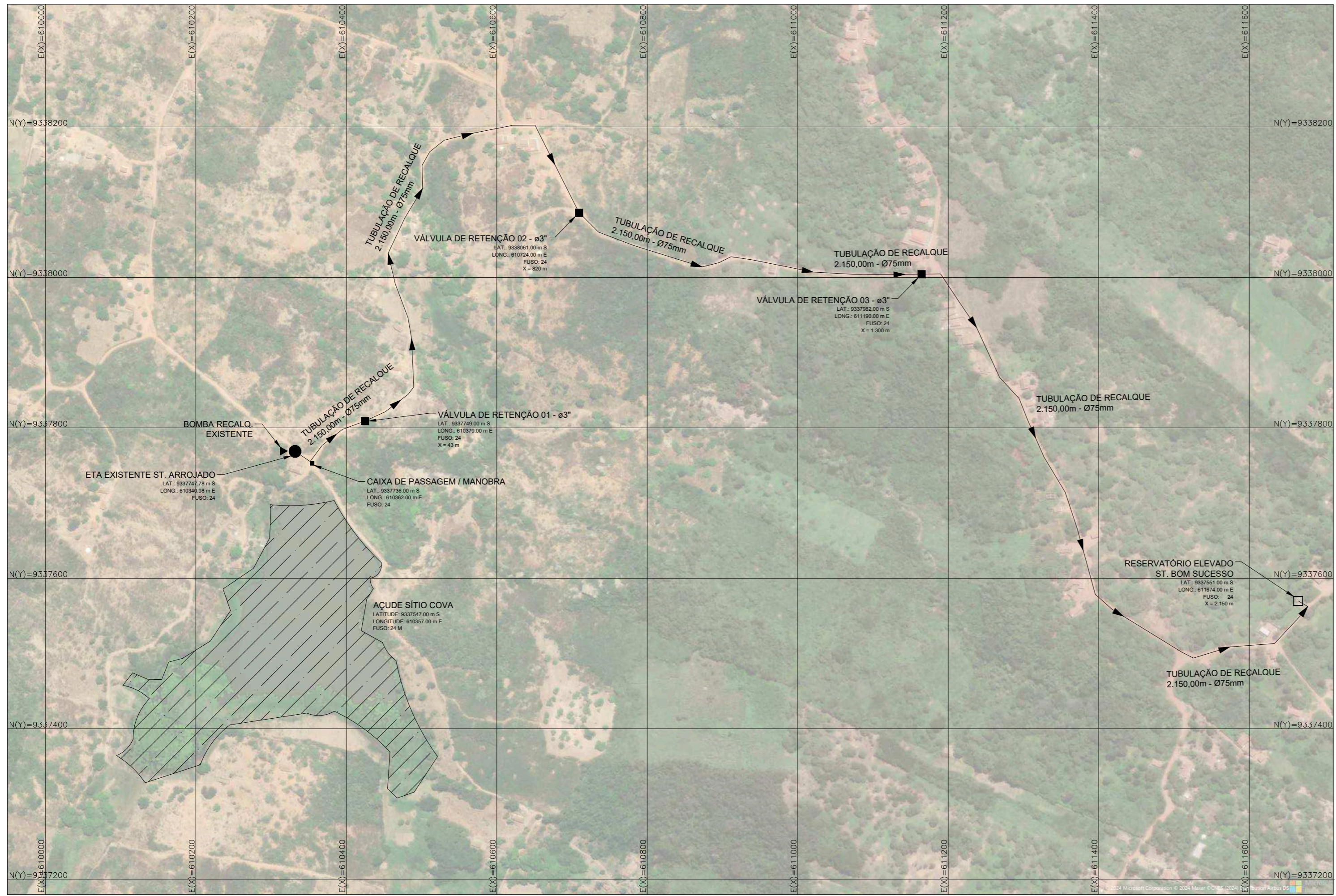


2 PERFIL DE ELEV.

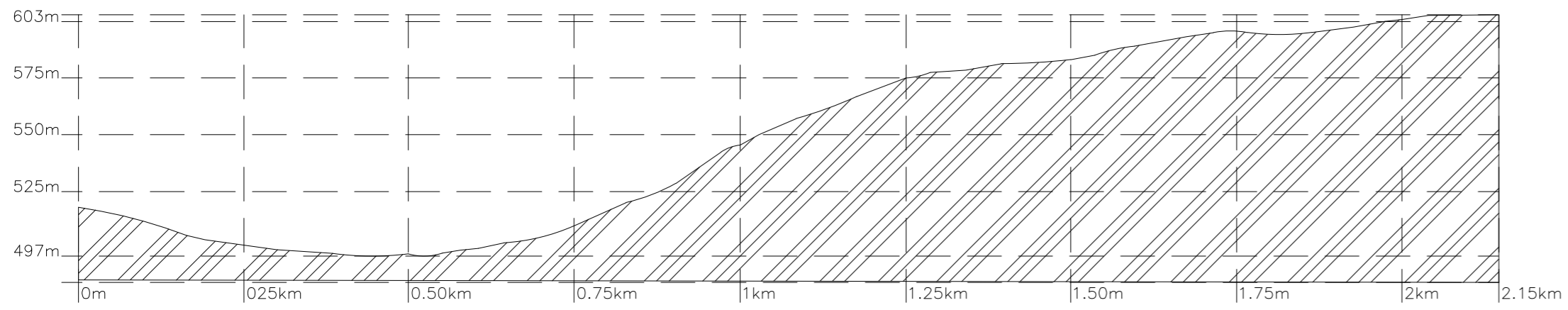
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSEÇA	OBRA	EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN	LOCAL	RECALQUE DO ST. LAJES AO ST. SOBRADO - PORTALEGRE/RN
DOTACIONÁRIO	ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSEÇA	PROPRIETÁRIO	PREFEITURA DE PORTALEGRE	ABRILHADO	PLANTA BAIXA E DETALHES
ÁREA	INDICADA	DATA	AGOSTO DE 2024	FOLHA	07



RESPONSÁVEL TÉCNICO: ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSEÇA e ROGÍAN MATHIEUS BATISTA REGO



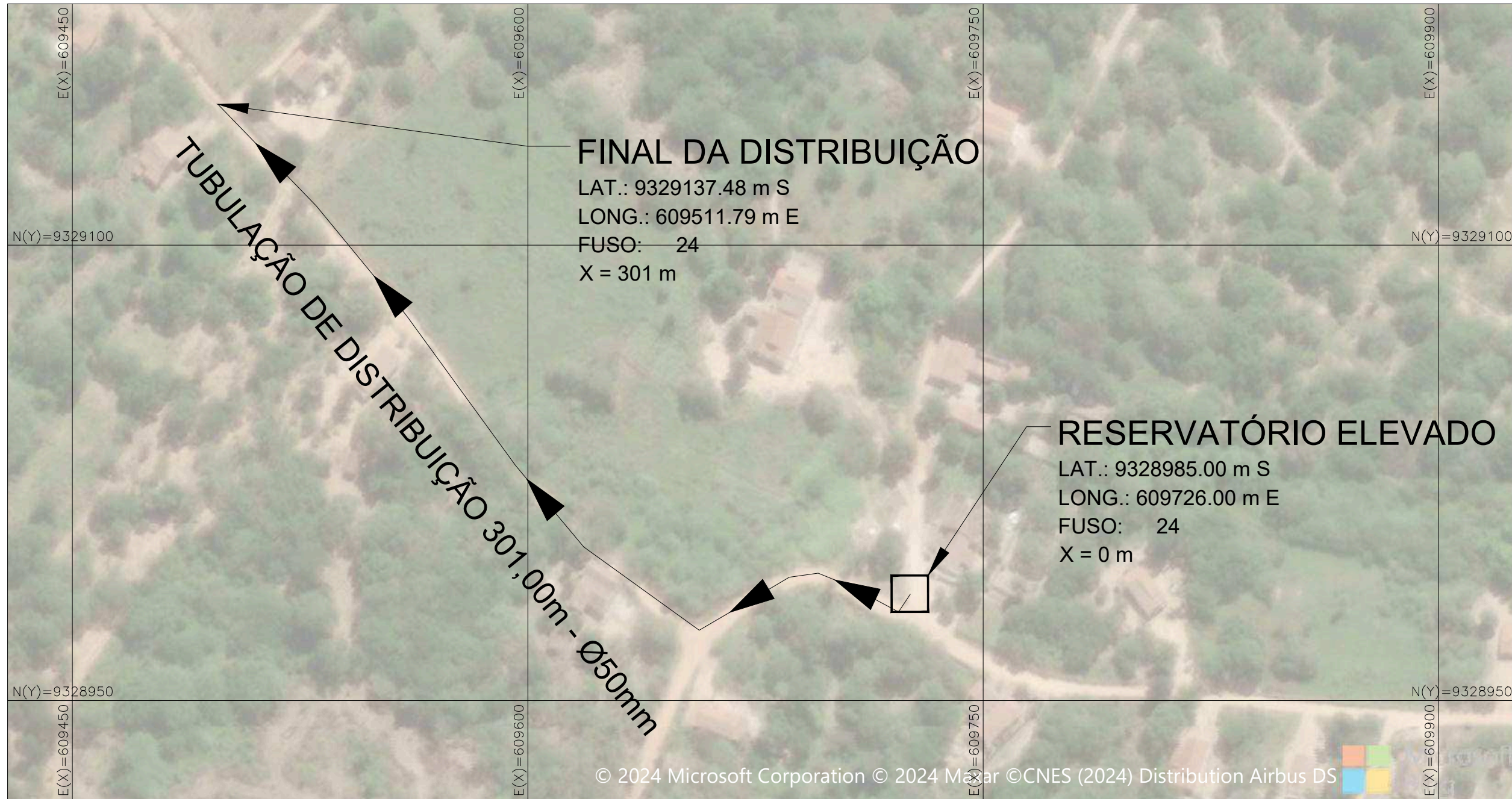
1 PLANTA BAIXA
ESC.: 1 : 400



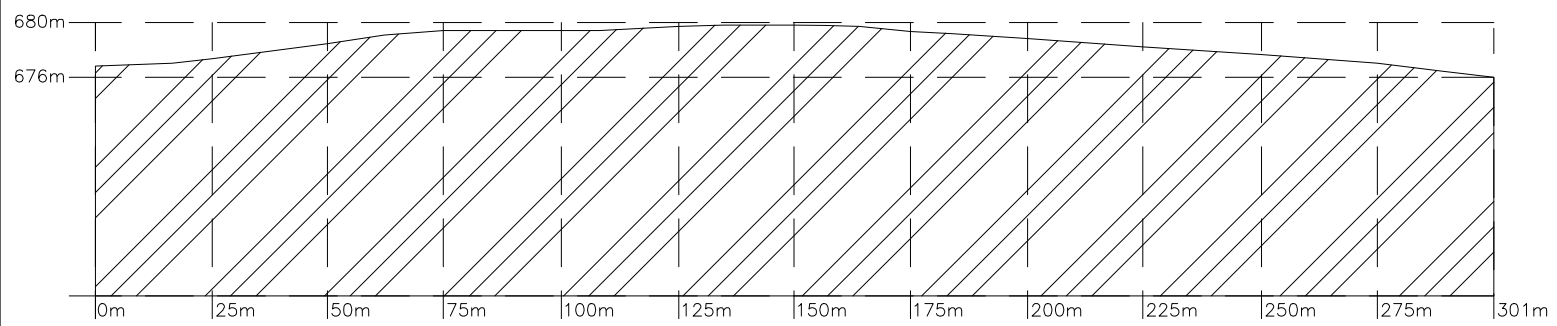
2 PERFIL DE ELEV.

RESPONSÁVEL TÉCNICO		OBRAS		OBSERVAÇÕES	
ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA		EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN		1. IMPRESSÃO EM FOLHA A2 PARA RESPOSTA ESCALAS INFORMADAS. 2. DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO NO TODO OU EM PARTE, SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO DO AUTOR DO PROJETO (E.O. 3/19/96)	
DIGITALIZAÇÃO		LOCAL		ASSUNTO	
ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA		RECALQUE ST ARROJADO AO BOM SUCESSO - PORTALEGRE/RN		PLANTA BAIXA E DETALHES	
PROPRIETÁRIO		DATA		PRANCHA	
PREFEITURA DE PORTALEGRE		AGOSTO DE 2024		08	
ÁREA	ESCALA	INDICADA			





1 PLANTA BAIXA
 ESC.: 1 : 150



2 PERFIL DE ELEV.

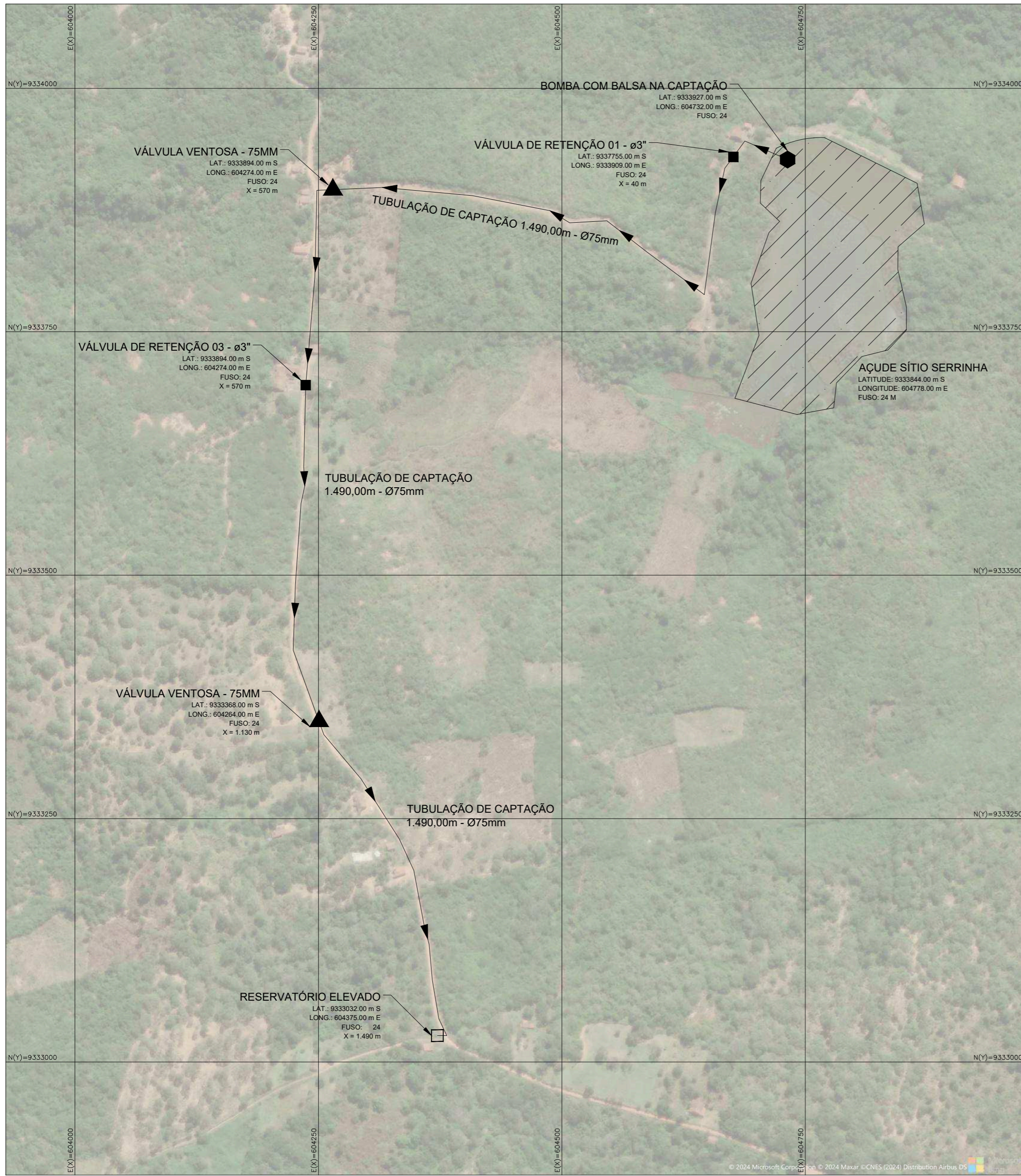
RESPONSÁVEL TÉCNICO ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA		OBRA EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN	
DIGITALIZAÇÃO ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA		LOCAL AMPLIAÇÃO ST. BAIXA GRANDE - PORTALEGRE/RN	
PROPRIETÁRIO PREFEITURA DE PORTALEGRE		ASSUNTO PLANTA BAIXA E DETALHES	
ÁREA	ESCALA INDICADA	DATA AGOSTO DE 2024	PRANCHA 09

OBSERVAÇÕES

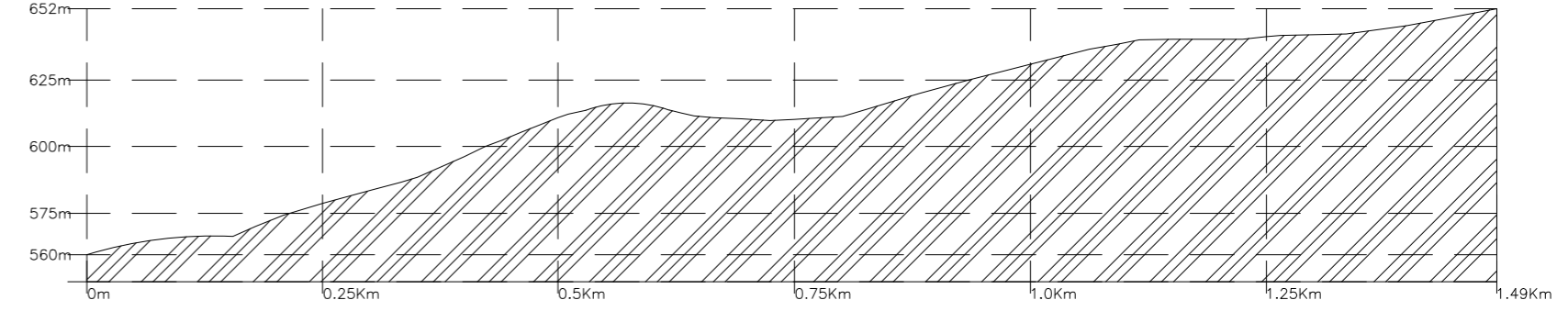
1. IMPRESSÃO EM FOLHA A3 PARA RESPEITAR ESCALAS INFORMADAS.
2. DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA SEM O CONSENTIMENTO DO AUTOR DO PROJETO (LEI 9.610/98).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN
 Trabalho e desenvolvimento

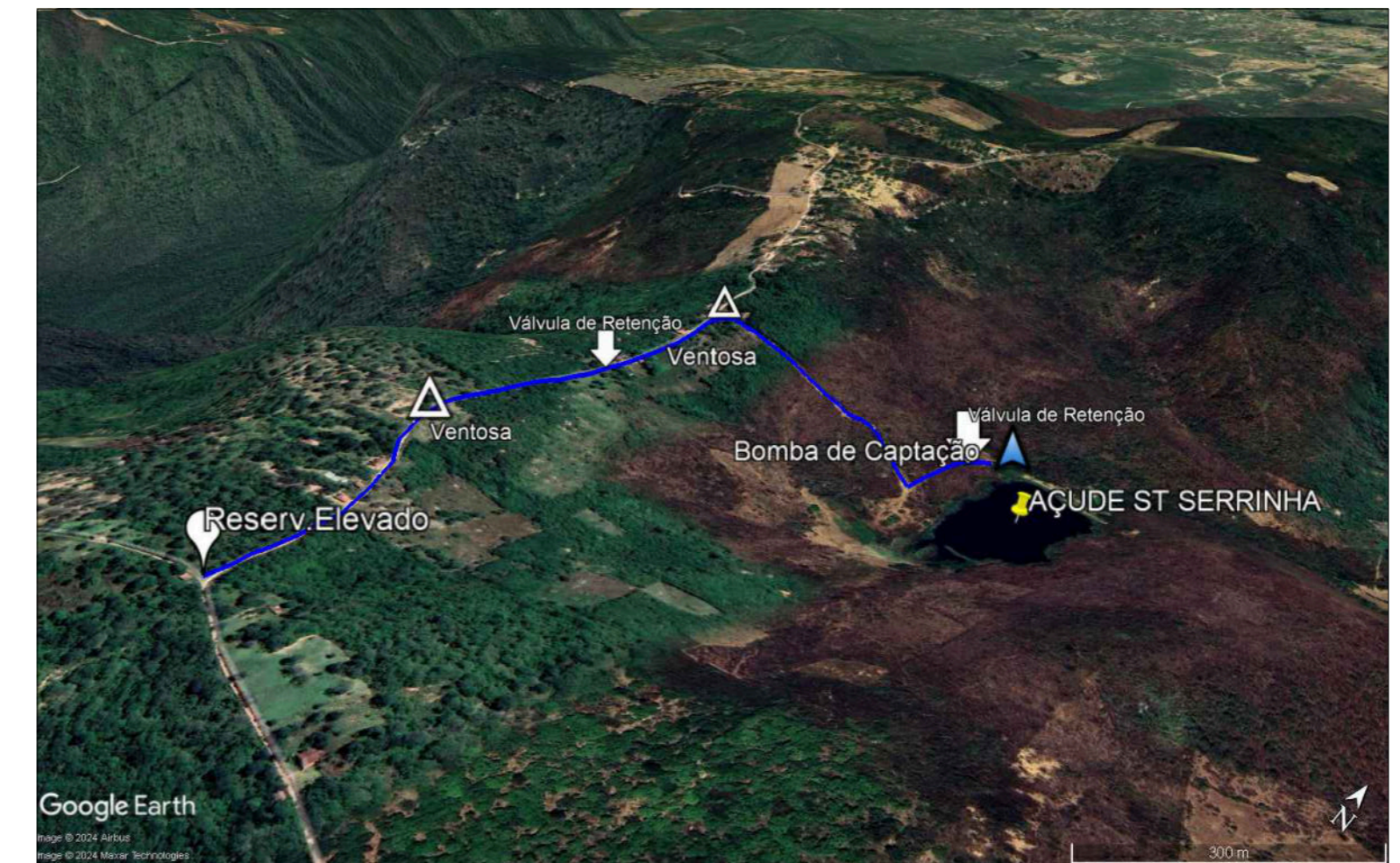




1 PLANTA BAIXA
 ESC.: 1 : 350



2 PERFIL DE ELEV.

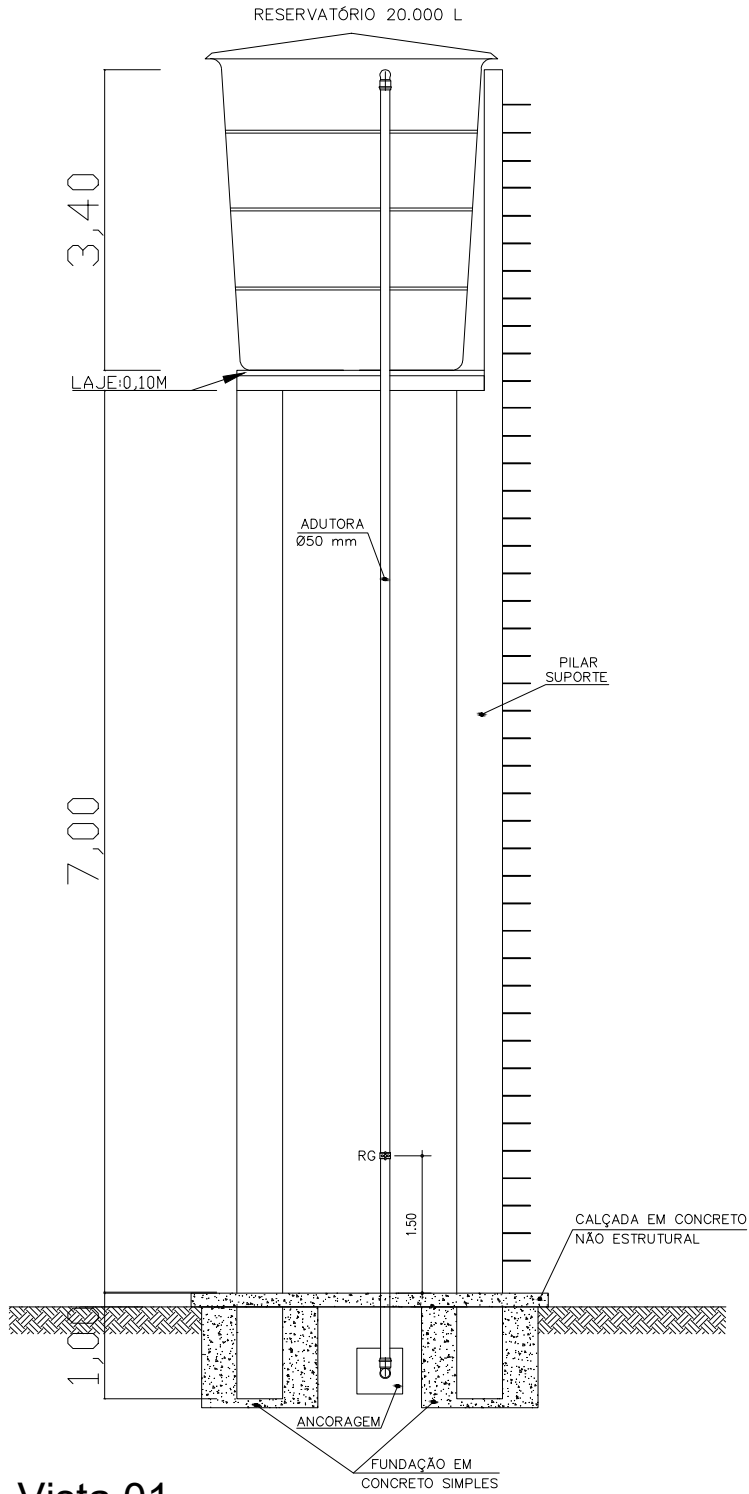


RESPONSÁVEL TÉCNICO	ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA <small>EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN</small>		<small>OBSERVAÇÕES</small> <small>1. IMPRESSÃO REPRODUZIDA PARA RESERVAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO TOTAL OU EM PARTE, SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO DO AUTOR DO PROJETO (E.E. 8.619/96)</small>
DIGITALIZAÇÃO	ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA		LOCAL
PROPRIETÁRIO	PREFEITURA DE PORTALEGRE		ST. SERRINHA - PORTALEGRE/RN
ÁREA	ESCALA	DATA	PRANCHA
	INDICADA	AGOSTO DE 2024	10



Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portalegre-1doc.com.br/verificacao/9466-3854-C386-4631> e informe o código 9466-3854-C386-4631





Vista 01

Esc.: 1/75

RESPONSÁVEL TÉCNICO ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSEÇA		OBRA EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN	
DIGITALIZAÇÃO ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSEÇA		LOCAL PORTALEGRE/RN	
PROPRIETÁRIO PREFEITURA DE PORTALEGRE		ASSUNTO PLANTA BAIXA E DETALHES	
ÁREA	ESCALA INDICADA	DATA AGOSTO DE 2024	PRANCHA 01/02

OBSERVAÇÕES

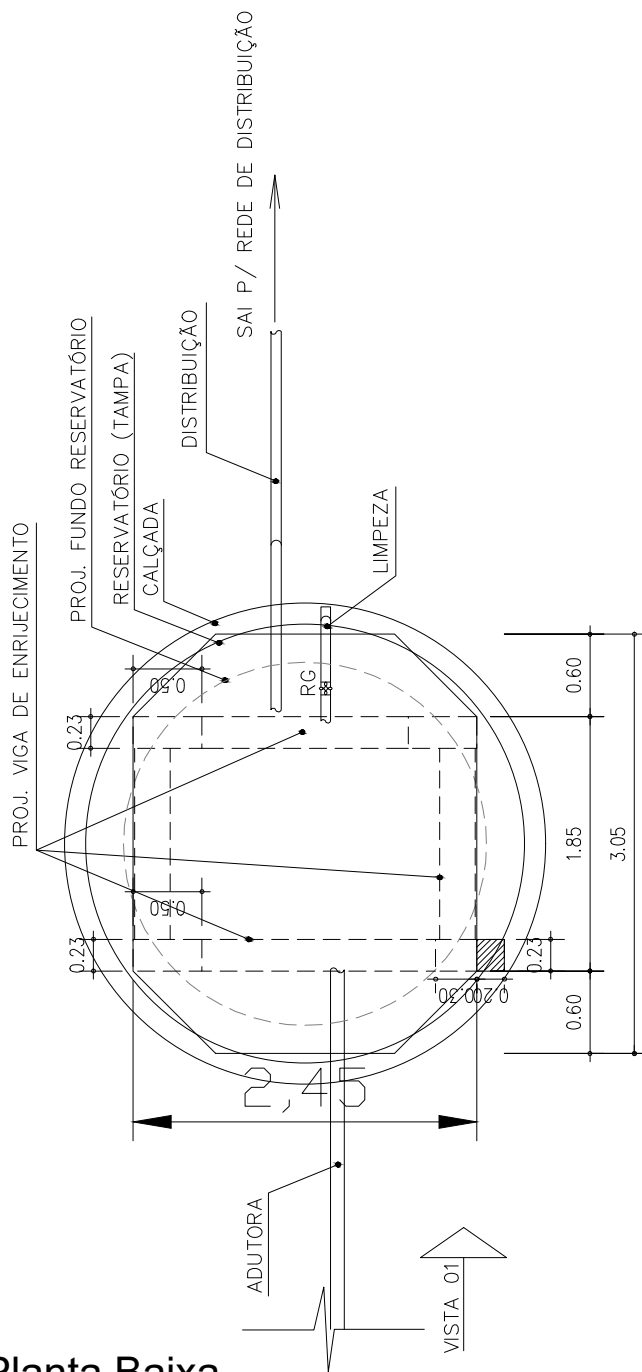
1. IMPRESSÃO EM FOLHA A4 PARA RESERVAÇÃO DE ESCALAS INFORMADAS
2. DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO TODO OU EM PARTE, SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO DO AUTOR DO PROJETO. (LEI 9.610/98)

Assinado por: **ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSEÇA**
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portalegre.1doc.com.br/verificacao/9450-3B54-C386-4631> e informe o código 9450-3B54-C386-4631

SE ALAN DA SILVA FERNANDES, ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSEÇA e ROGIAN MATHEUS BATISTA REGO

Planta Baixa

Esc.: 1/50




RESPONSÁVEL TÉCNICO		OBRA	
ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSÊCA		EXECUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIAS DE SISTEMAS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DE ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN	
DIGITALIZAÇÃO		LOCAL	
ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSÊCA		PORTALEGRE/RN	
PROPRIETÁRIO		ASSUNTO	
PREFEITURA DE PORTALEGRE		PLANTA BAIXA E DETALHES	
ÁREA	ESCALA	DATA	PRANCHA
	INDICADA	AGOSTO DE 2024	02/02

OBSERVAÇÕES

1. IMPRESSÃO EM FOLHA A4 PARA REPRODUTORES DE ESCALAS INFORMADAS.
2. DIREITOS AUTORAIS RESERVADOS. PROIBIDA QUALQUER MODIFICAÇÃO OU REPRODUÇÃO TODO OU EM PARTE, SEM PRÉVIO CONSENTIMENTO DO AUTOR DO PROJETO. (LEI 9.610/98)

Assinado por: [Assinatura] Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portallegre.1doc.com.br/verificacao/9450-3B54-C386-4631> e informe o código 9450-3B54-C386-4631

JOSÉ ALAN DA SILVA FERNANDES, ÍTALO EDUARDO FREITAS FONSECA e ROGIAN MATHEUS BATISTA REGO
 Assinado por: [Assinatura] Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portallegre.1doc.com.br/verificacao/9450-3B54-C386-4631> e informe o código 9450-3B54-C386-4631

<p>MINISTÉRIO DA SAÚDE</p> 	<p>PARECER TÉCNICO</p>	<p>DIESP-PR</p> <p>Parecer Técnico nº 17/2026</p>
<p>Referência:</p>	<p>Convênio nº 969784</p>	
<p>Assunto:</p>	<p>Análise do Projeto Básico apresentado pela Prefeitura Municipal de Portalegre</p>	

Ao analisar os documentos que fundamentam a solicitação de retirada da cláusula suspensiva, conforme solicitação no ofício nº 200 (5594180), temos as seguintes situações:

a) Em primeiro lugar todo e qualquer projeto apresentado na FUNASA deve está fundamentado no manual de orientações para apresentação de propostas para sistemas de abastecimento de água (5914158), e infelizmente o projeto apresentado não atende em nada o manual e se quer pode ser chamado de projeto;

b) O memorial descritivo (5914123) apresentado não passa de um descritivo de como funcionará o sistema, porém não apresentada nenhum dimensionamento hidráulico, sanitário e ambiental, não cita o tipo e nem a capacidade das "estações de tratamento de água-ETA's" e nem cita a questão da qualidade da água das atuais ETA's, ou seja, não nem como considerar tal documento;

c) O Orçamento e a memória (5914130)(5914141) do mesmo não há como considerar por uma razão muito simples, se o "projeto" não tem fundamentação técnica na área da Engenharia Sanitária em Ambiental em nada e não atende também em nada o manual de orientações da FUNASA, o mesmo não pode ser considerado;

d) Quanto ao projeto (5914144), não passar de um rascunho que tenta de uma forma gráfica explicar que a Prefeitura Municipal de Portalegre vai implantar, porém mais uma vez além falta de fundamentação técnica especializada, o material não tem como ser chamado de projeto e deve ser completamente desconsiderado.

Diante do exposto, e em função da qualidade do projeto a ser apresentado para aprovação e licitação do mesmo, sugerimos que o mesmo seja elaborado um **novo projeto** no mínimo por profissional com experiência em saneamento ambiental e/ou Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental, visto que esta é uma área muito específica de Engenharia.

Sem mais, é o que submetemos para conhecimento e demais providências cabíveis.

Curitiba/PR, 25 de fevereiro de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Giovanni Silva da Cruz, Engenheiro**, em 25/02/2026, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Assinado por 3 pessoas: JOSE ALAN DA SILVA FERNANDES, ITALO EDUARDO FREITAS FONSECA e ROGIAN MATHEUS BATISTA REGO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portalegre.1doc.com.br/verificacao/9450-3B54-C386-4631> e informe o código 9450-3B54-C386-4631





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.funasa.gov.br/consulta>, informando o código verificador **5914161** e o código CRC **2754DAA2**.

Referência: Processo nº 25100.004701/2024-04

SEI nº 5914161

Assinado por 3 pessoas: JOSE ALAN DA SILVA FERNANDES, ITALO EDUARDO FREITAS FONSECA e ROGIAN MATHEUS BATISTA REGO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portalgre.1doc.com.br/verificacao/9450-3B54-C386-4631> e informe o código 9450-3B54-C386-4631



ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À(o)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 029/2026 - DISP/SEMTHAS

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia sanitária e ambiental para a elaboração de Projeto Completo de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), contemplando estudos técnicos, dimensionamentos hidráulicos, sanitários e ambientais, definição das unidades do sistema (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição), elaboração de memorial descritivo, memoriais de cálculo, projetos básicos e executivos, orçamento detalhado com memória de cálculo, composições e cotações, bem como demais elementos técnicos necessários, em conformidade com o Manual de Orientações da FUNASA, normas da ABNT e demais legislações aplicáveis, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

PROPONENTE:, CPF/CNPJ:.....

Apresentamos e solicitamos de Vossa Senhoria a apreciação de nossa proposta relativa ao Processo Licitatório em epígrafe, declarando que:

Temos condições de atender a todos os requisitos estabelecidos na Proposta a Seguir.

Manteremos o preço de nossa proposta válida, por 60 (sessenta) dias.

Item	Descrição – Serviços	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1					

TOTAL GERAL GLOBAL: XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

No preço ofertado estão incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir tais como, fretes, impostos, taxas, encargos enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitado.

Declaramos de que compreendemos a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o serviço ser prestado sem ônus adicionais.

Atenciosamente,

Local/UF, Data.

Empresa e/ou assinatura do responsável legal

Assinado por 3 pessoas: JOSE ALAN DA SILVA FERNANDES, ITALO EDUARDO FREITAS FONSECA e ROGIAN MATHEUS BATISTA REGO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://portalegre.1doc.com.br/verificacao/9450-3B54-C386-4631> e informe o código 9450-3B54-C386-4631

ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO UNIFICADA - PJ

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 029/2026 - DISP/PMP

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia sanitária e ambiental para a elaboração de Projeto Completo de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), contemplando estudos técnicos, dimensionamentos hidráulicos, sanitários e ambientais, definição das unidades do sistema (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição), elaboração de memorial descritivo, memoriais de cálculo, projetos básicos e executivos, orçamento detalhado com memória de cálculo, composições e cotações, bem como demais elementos técnicos necessários, em conformidade com o Manual de Orientações da FUNASA, normas da ABNT e demais legislações aplicáveis, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

A EMPRESA....., ATRAVÉS DE SEU REPRESENTATE LEGAL INFRA ASSINADO, SOB AS PENAS DA LEI, DECLARA:

1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
3. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
5. que está enquadrado como microempresa, empresa de pequeno, se for o caso, atendendo aos requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

(Local) _____, __ de _____ de 20__

Empresa e assinatura do responsável legal

DECLARAÇÃO UNIFICADA - PF

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 029/2026 - DISP/PMP

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia sanitária e ambiental para a elaboração de Projeto Completo de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), contemplando estudos técnicos, dimensionamentos hidráulicos, sanitários e ambientais, definição das unidades do sistema (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição), elaboração de memorial descritivo, memoriais de cálculo, projetos básicos e executivos, orçamento detalhado com memória de cálculo, composições e cotações, bem como demais elementos técnicos necessários, em conformidade com o Manual de Orientações da FUNASA, normas da ABNT e demais legislações aplicáveis, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

EU,....., INFRA ASSINADO, SOB AS PENAS DA LEI, DECLARA:

1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
3. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

(Local) _____, __ de _____ de 20__

Assinatura do Declarante

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E
PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 029/2026 - DISP/PMP

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia sanitária e ambiental para a elaboração de Projeto Completo de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), contemplando estudos técnicos, dimensionamentos hidráulicos, sanitários e ambientais, definição das unidades do sistema (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição), elaboração de memorial descritivo, memoriais de cálculo, projetos básicos e executivos, orçamento detalhado com memória de cálculo, composições e cotações, bem como demais elementos técnicos necessários, em conformidade com o Manual de Orientações da FUNASA, normas da ABNT e demais legislações aplicáveis, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

Declaro que a empresa _____ (nome empresarial da licitante)
inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na
_____, (endereço completo)
por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF/MF nº
_____, para fins do disposto no Aviso de Contratação Direta, tem pleno
conhecimento de todas as exigências relacionadas à execução dos serviços objeto do referido
Aviso, que conhece as condições locais para execução do objeto, e que tem pleno conhecimento
das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total
responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros
que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

(Local) _____, ____ de _____ de 20__

Empresa e assinatura do responsável legal

ANEXO V - VALORES ESTIMADOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 029/2026 - DSP/PMP

1. DO OBJETO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em engenharia sanitária e ambiental para a elaboração de Projeto Completo de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), contemplando estudos técnicos, dimensionamentos hidráulicos, sanitários e ambientais, definição das unidades do sistema (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição), elaboração de memorial descritivo, memoriais de cálculo, projetos básicos e executivos, orçamento detalhado com memória de cálculo, composições e cotações, bem como demais elementos técnicos necessários, em conformidade com o Manual de Orientações da FUNASA, normas da ABNT e demais legislações aplicáveis, conforme condições estabelecidas neste instrumento.

2. RELAÇÃO DE ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR MÉDIO
1	<p>PROJETO COMPLETO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA), DEVIDAMENTE ELABORADO E FUNDAMENTADO CONFORME O MANUAL DE ORIENTAÇÕES DA FUNASA E NORMAS TÉCNICAS VIGENTES, CONTENDO:</p> <ul style="list-style-type: none">• Memorial descritivo técnico completo, contendo todas as informações do sistema, incluindo dimensionamento hidráulico, sanitário e ambiental;• Memoriais de cálculo detalhados, contemplando o dimensionamento de todas as unidades do sistema (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição);• Definição técnica das Estações de Tratamento de Água (ETA), incluindo tipo, capacidade, tecnologia adotada e parâmetros operacionais;• Estudo e caracterização da qualidade da água, com indicação das necessidades de tratamento;• Projeto básico e executivo completo, com plantas, perfis, detalhes construtivos e demais elementos gráficos necessários;• Orçamento completo da obra, contendo: planilha orçamentária, memória de cálculo dos quantitativos, composições de custos unitários, cotações de mercado, BDI e encargos aplicáveis;• Cronograma físico-financeiro da obra;• ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de todos os serviços de engenharia realizados;• Compatibilização integral com as exigências da FUNASA, garantindo aptidão para aprovação do projeto;• Apoio técnico para ajustes e adequações, até a aprovação final junto aos órgãos competentes.	SERV	1	R\$ 61.360,00



MINUTA

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. XXX/2026, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE _____ QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN E A EMPRESA _____

O **MUNICÍPIO DE PORTALEGRE**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa Jurídica de Direito Público interno, inscrita no CNPJ nº ____/____/____, com sede na _____, nº __, Bairro __, Cidade __, Estado __, neste ato representada pelo(a) Prefeito(a) Municipal, _____, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº __.____, inscrito(a) no CPF sob o nº ____-____-____, doravante denominado(a) simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº ____/____/____, com sede à Rua _____, nº __, **bairro** __, **Cidade** __, **CEP**: ____-____, **e-mail**: _____@.com.br, **Contato**: (____) ____-____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu Representante Legal o(a) Sr.(a) _____, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF: ____-____-____, RG nº _____, residente e domiciliado(a) à Rua _____, nº __, Bairro __, Cidade __, resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente da(o) **modalidade de licitação/Procedimento nº _____**, vinculado ao Processo Administrativo nº _____, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação,

1.2. Especificação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR FINAL (R\$)
1					

1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a(o) CONTRATADA(O) dependerão dos serviços efetivamente prestados.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital de Licitação/O instrumento de contratação direta;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor Total da contratação é de R\$ __. __. __ (_____)

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, exercício 2026. _____

4.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante da Nota Fiscal, fatura ou documento equivalente.

5.2. O pagamento da Nota Fiscal, fatura ou documento equivalente, fica condicionado ao cumprimento dos critérios da Ordem cronológica, conforme determina a resolução 011/2024 TCE/RN.

5.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, conforme art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, desde que não seja referente a parte incontroversa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.5. A antecipação do pagamento somente poderá ocorrer se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, devendo estar expressamente previsto no edital de licitação ou instrumento formal de contratação direta

5.6. Será exigido a prestação de garantia como condição para o pagamento antecipado de 5% do valor contratado

5.7. Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Caso a administração decida pelo não reajustamento de ofício, fica o reajuste condicionado a apresentação de requerimento pelo(a) **CONTRATADO(A)**.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento, conforme estabelece o inc. I, do art. 136, da Lei 14.133/2021

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

7.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7.2. A gestão do Serviço a ser executado pela **CONTRATADA**, caberá à Prefeitura Municipal de Portalegre/RN, mediante indicação do(a) Gestor(a) de Contratos, bem como do(a) Fiscal, a quem competirá fiscalizar se a empresa está executando corretamente o objeto contratado, obedecendo a este Termo de Contrato.

7.3. O Fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.4. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da Contratada são as estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. As obrigações da Contratante são as estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá garantia de execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras e procedimentos relativos as sanções estão estabelecidas no Termo de Referência e na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada

necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês;

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor](#) - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Portalegre/RN, Estado do Rio Grande do Norte, com exclusão de quaisquer outros para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

17.2. E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos legais pertinentes, na presença das testemunhas adiante assinadas.

Portalegre/RN, 2026

ORDENADOR DE DESPESA

CARGO

CONTRATANTE

CNPJ/MF nº ____/____/____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CPF: ____-____-____

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ: ____/____/____

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



1. _____

2. _____

CPF: _____

CPF: _____





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9450-3B54-C386-4631

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ JOSE ALAN DA SILVA FERNANDES (CPF 087.XXX.XXX-74) em 15/05/2026 09:41:01 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ITALO EDUARDO FREITAS FONSECA (CPF 016.XXX.XXX-01) em 15/05/2026 10:07:13 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ROGIAN MATHEUS BATISTA REGO (CPF 096.XXX.XXX-16) em 15/05/2026 10:25:23 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://portalegre.1doc.com.br/verificacao/9450-3B54-C386-4631>